

Acção Socialista



Nº 1279 20 Março 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

ALBERTO MARTINS

“A lei da IVG possibilitou o encontro de Portugal com a sua história”

Centrais



Novas Fronteiras

20



Governo mantém-se determinado em prosseguir programa de reformas

Contas Públicas

7

INE anuncia défice de 3,9% em 2006 contra os 4,6% previstos

Em Proença-a-Nova

19

Projecto autárquico inovador defende ambiente

Qualificação

8

Novas Oportunidades para um milhão de portugueses

Artigos de opinião

Carlos Zorrinho, Óscar Gaspar, Rosa Albernaz, Ricardo Gonçalves, João Sequeira, Vítor Ramalho e Fernanda Asseiceira

PSE @ctivists

O Partido Socialista Europeu desafia os militantes socialistas para uma nova forma de envolvimento a nível europeu - torne-se militante do PSE e integre uma cultura política aberta.

Vamos lançar a iniciativa Activistas PSE - Portugal

Aproveite para saber mais e participar na Conferência sobre “PES Childcare Campaign” com Edite Estrela, Jorge Lacão, Zita Gurmai (Presidente PES Women), entre outros.

2 de Abril, segunda-feira, 19.00h - Largo do Rato, em Lisboa

www.pes.org

Partido Socialista Europeu

EDITORIAL

AINDA ACREDITA?



JORGE SEGURO
SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt

O PSD fez colar por umas centenas de locais do país um conjunto de cartazes que interrogam os portugueses sobre se ainda acreditam.

No 4º trimestre de 2006 – últimos dados disponíveis –, o Produto Interno Bruto (PIB) assinalava um crescimento de 1,7 por cento em volume face ao período homólogo, acelerando relativamente ao registado no trimestre anterior (1,5 por cento).

Ao invés, os governos PSD/CDS deixaram-nos, no primeiro trimestre de 2005, um Produto Interno Bruto em queda abrupta, que registava na altura um crescimento negativo.

Nos últimos dois anos (PS), a economia portuguesa cresceu três vezes mais que nos dois anos anteriores (PSD/CDS): 0,6 por cento da direita contra 1,8 por cento do PS!

As exportações, o verdadeiro motor do crescimento económico de um país de economia aberta, como o nosso, cresceram no último trimestre de 2006, cerca de 10,7 por cento, contra 1,5 por cento abaixo de zero assinalada no primeiro trimestre de 2005 – o da despedida dos governos da direita. O crescimento das exportações portuguesas no Governo PS atingiu mesmo um ritmo que não se verificava desde 1998. Neste momento alcançamos mesmo um ritmo mais intenso que o da média dos países da zona euro!

Quando os governos PSD/CDS cessaram funções havia em Portugal cerca de 5.094.400 pessoas empregadas em Portugal. Durante o período da governação da direita houve uma significativa perda líquida de emprego. Com a direita o número de desempregados subiu de 236.600 pessoas no primeiro trimestre de 2002 para uns tão extraordinários como dramáticos 412.600 pessoas no final da governação de direita! Com a direita

O sucesso, de todos os portugueses, é a prova de que estamos no caminho certo e de que as políticas produzem desde já um efeito muito positivo. Criam confiança nos portugueses e na nossa economia e credibilizam externamente a imagem de Portugal

tivemos menos 1039 pessoas empregadas por mês, menos 35 por dia e menos uma por hora!

Nunca, como nos governos da direita, o desemprego tinha crescido tanto: Portugal bateu o recorde no desemprego quer em termos históricos internos quer comparado com os países da União Europeia: quase duplicou, cresceu 75 por cento com o PSD/CDS.

Menos de dois anos depois, no 4º trimestre de 2006 (último valor conhecido), havia já em Portugal cerca de 5.142.800 pessoas empregadas. Foram assim criados cerca de 48.400 empregos líquidos desde que o PS está no Governo, a uma média de mais de 2689 empregados por mês, mais de 90 por dia, e mais

4 por hora! Mesmo apesar de um forte crescimento líquido do emprego com o PS, houve um significativo aumento da população activa. O Governo anterior não só não criou um único emprego líquido como destruiu 37.400 empregos.

Em 2005, quando o Governo PSD/CDS deixou o poder, o défice previsto das contas públicas era de 6,8 por cento.

Durante a governação PSD/CDS, e mesmo apesar da utilização de receitas extraordinárias e de uma obsessiva e doentia luta contra o défice, os resultados foram uma miragem apenas real pela imposição de pesados sacrifícios aos portugueses.

O PS apresentou aos portugueses um plano de recuperação das contas públicas e do défice que apontava para os seguintes objectivos: em 2005 – 6,2 por cento – e o Governo PS atingiu os 6,0 por cento, em 2006 – 4,6 por cento e em 2007 – 3,7 por cento. Esta semana foi anunciado que o défice público de 2006 será de 3,9 por cento.

O sucesso, de todos os portugueses, é a prova de que estamos no caminho certo e de que as políticas produzem desde já um efeito muito positivo. Criam confiança nos portugueses e na nossa economia e credibilizam externamente a imagem do país.

Ficamos sem saber a que se refere o cartaz do PSD.

Ainda acredita? Mais que nunca, dr. Marques Mendes!

Nota: o último editorial encerrava um erro que aproveitamos para corrigir. Al Gore é um membro do Partido Democrata dos EUA. Foi aliás vice-presidente dos EUA de outro democrata, Bill Clinton. As nossas desculpas pelo lapso de escrita

Não à política perfeitinha, é preciso arriscar

SÓCRATES NUM DEBATE DO CLUBE PARLAMENTAR

A política “kitsch”, “perfeitinha”, com “um estilo arredondado”, foi liminarmente rejeitada pelo secretário-geral do PS, José Sócrates, porque “é preciso de vez em quando arriscar”.

SÓCRATES falava durante um colóquio, no auditório novo da Assembleia da República (AR), sobre “A transformação da política na era da globalização”, uma iniciativa Clube Parlamentar do PS, que teve como convidado o filósofo espanhol Daniel Innerarity.

O primeiro-ministro e secretário-geral do PS interveio no início do debate e no final quis usar da palavra novamente para se declarar feliz e relaxado ao escutar “um filósofo que dá uma perspectiva refrescante sobre a política” mas, ao mesmo tempo, consciente de “tudo o que se perde com o exercício do poder”.

Proseguindo a descrição dos seus “sentimentos”, José Sócrates revelou que, durante a sessão, se recordou do tempo que passou na oposição nos três anos antes de se candidatar à liderança do partido.

“Éramos deputados e tínhamos tempo para ler, para intrigar e até para falar dos outros”, lembrou, acrescentando que concorda com a opinião do falecido beatle George Harrison de que “a felicidade é abrir os jornais e não falarem de nós”.

“Isto é uma coisa que nós almejamos. Só se alcança no momento supremo que é o



momento da derrota. Quando formos derrotados e passarmos à condição de oposição, então seremos felizes para toda a vida”, concluiu o primeiro-ministro, provocando risos na plateia, maioritariamente constituída por deputados socialistas.

O secretário-geral do PS aproveitou para elogiar Jaime Gama, actual presidente da Assembleia da República, e que foi o número um da sua lista para os órgãos nacionais do partido nos congressos de 2004 e de 2006.

Sócrates referiu que Jaime Gama “é também um filósofo, é um dos políticos mais

distintos do PS, foi ministro dos Negócios Estrangeiros e foi o ministro mais novo da democracia”.

“Todos nós aprendemos muito com ele ao longo dos anos. Ele costuma dizer que a carreira do político é a única que termina sempre com uma derrota. Podemos ter isso por certo”, afirmou.

Da obra de Daniel Innerarity, que revelou ter conhecido quando António Costa lhe ofereceu um livro pelo Natal, Sócrates disse ter retido que “a política é a aprendizagem permanente do convívio com a decepção”,

uma frase que o “impressionou e iluminou”.

“De facto é um pouco isso. Se há treino que os políticos devem ter é o que resulta do convívio com a decepção e das forças morais que têm de encontrar para responder a essa decepção”, disse, acrescentando: “Felizmente eu não tenho que me queixar das decepções na vida política”.

Sócrates considerou que existe uma “necessidade de os cidadãos não transportarem para a vida política tantas aspirações” porque “a política é a arte do possível”, a propósito das teorias defendidas pelo filósofo basco.

O primeiro-ministro salientou que quem exerce o poder é chamado “a decidir em situações complexas, exigentes e urgentes”, o que é “difícil mas também muito aliciante” e por isso “ninguém deixa de se sentir tentado a estar lá para decidir”.

“Isto é um mundo de risco, de alto risco mesmo”, disse, sublinhando que a introspecção, a autocritica sobre as decisões que se tomam, se são certas e inteligentes, “é um exercício em si muito difícil” e dificultado pela “urgência do tempo”.

Salientando que “há uma alternativa: a política ‘kitsch’, perfeitinha, com um estilo arredondado, em que se pergunta às pessoas o que querem que se decida. Com ‘focus group’, estudos de opinião e depois é só dizer as palavras certas”, considerou que “isso é fraco”, porque “é preciso de vez em quando arriscar. O risco é mesmo o segredo disto”.

O ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, e o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto dos Santos Silva, também estiveram presentes no colóquio.

Exportações portuguesas registam maior crescimento dos últimos dez anos



AS EXPORTAÇÕES portuguesas estão a crescer em produtos de maior qualidade tecnológica, com maior valor acrescentado e em mercados mais diversificados, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, que elegeu o sector exportador como “o campeão da economia nacional em 2006”.

O chefe do Governo falava na assinatura de um contrato de investimento no valor de 70 milhões de euros na unidade fabril da multinacional alemã Qimonda, em Vila do Conde, onde pôs em evidência o crescimento de 8,8 por cento das exportações, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

“É a maior subida das exportações dos últimos dez anos. Não tem paralelo. Desde 1995 que não subíamos tanto, não apenas no valor

das exportações, mas também na intensidade tecnológica e no valor acrescentado daquilo que exportamos”, acrescentou.

Para o comprovar, o primeiro-ministro referiu-se ao facto das exportações portuguesas estarem a crescer de forma diversificada nos mercados, destacando as contribuições fortes de Espanha, Alemanha e Estados Unidos, que classificou de “mercados exigentes”, mas também da entrada em novas regiões, como Angola, China, Singapura e Hong-Kong.

Para José Sócrates, os números de Janeiro deste ano dão também uma indicação que o crescimento da economia portuguesa é “sustentado”, com as exportações portuguesas a manterem uma trajectória de subida, embora menos intensa face ao

mesmo período de 2006.

Segundo os dados do Executivo, as exportações portuguesas extracomunitárias, isto é fora da Europa, cresceram 29,8 por cento em Janeiro.

O acordo agora firmado, numa cerimónia que contou também com a presença do ministro da Economia, Manuel Pinho, e do presidente da Associação Portuguesa de Investimento (API), Basílio Horta, vai permitir a criação de 140 novos postos de trabalho, até Agosto de 2008, na unidade fabril da empresa especializada na produção de memórias informáticas situada em Vila do Conde.

O protocolo vai permitir ainda o investimento em novas tecnologias e equipamentos de ponta para a produção de circuitos integrados.

Socialistas querem reforço da dimensão social da Estratégia de Lisboa

É FUNDAMENTAL que os chefes de Estado e de Governo da União Europeia “reforcem a dimensão social da estratégia de Lisboa” através da promoção do emprego, “em articulação com a vida familiar, o crescimento económico e a inovação”. Estas as declarações feitas pelo líder da bancada do PS, Alberto Martins, após ter sido recebido pelo primeiro-ministro, José Sócrates, num encontro que girou em torno da recente cimeira do Conselho Europeu, em Bruxelas.

Ladeado pelos dirigentes socialistas José Lello e Vera Jardim,



o presidente do nosso Grupo Parlamentar venceu que “o PS e o Governo português estão empenhados em seguir estes objectivos centrais”.

Na ocasião, Alberto Martins pronunciou-se também sobre outro dos temas principais da cimeira, referente às alterações climáticas e aos limites à emissão de gases poluentes.

“As alterações climáticas, a utilização de energias renováveis e a redução de emissões de gases poluentes são objecto central de políticas por parte do Governo português”, declarou.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Ter foco na solução significa ter em conta primeiro que tudo os interesses e as necessidades dos destinatários, sejam eles os estudantes, os beneficiários do sistema de protecção social ou os utentes dos serviços de saúde

FOCO NA SOLUÇÃO

O GOVERNO em funções é reconhecidamente o mais reformista desde o 25 de Abril de 1974. Isso não acontece por acaso. Acontece porque é o primeiro Governo apoiado numa sólida maioria parlamentar do PS, partido que tem o reformismo progressista inscrito na sua matriz de princípios e valores, e também porque o Governo compreendeu de forma clara os desafios que se colocam a uma governação com sensibilidade social, no contexto da economia do conhecimento e da globalização económica.

Defender o Estado Social tem sido a prioridade máxima do actual Governo. Essa defesa não se faz mantendo defensivamente práticas e rotinas desajustadas e insustentáveis, mas antes criando condições económicas favoráveis ao crescimento e optimizando os recursos que dele decorrem para a concretização de políticas públicas activas e modernizadoras.

Todos sabemos como é difícil a gestão da mudança, sobretudo em domínios em que existe uma forte sedimentação de procedimentos e em que as populações, mesmo que conscientes da insuficiência das respostas, temem o novo e a perda de direitos adquiridos.

As reformas em curso nos sectores sociais, em particular na educação, na segurança social e na saúde, são reformas corajosas e caracterizadas por uma nova atitude, que privilegia a qualidade das soluções em detrimento dos equilíbrios de poderes, forças e interesses legítimos mas estruturalmente conservacionistas.

Ter foco na solução significa ter em conta primeiro que tudo os interesses e as necessidades dos destinatários, sejam eles os estudantes, os beneficiários do sistema de protecção social ou os utentes dos serviços de saúde.

Num quadro de sustentabilidade financeira, o desafio para políticas em concreto não é agradar a alguns, mas prestar melhor serviço a todos. É a qualidade acrescida do serviço que progressivamente conquistará os mais cépticos para a modernização necessária.

Ter consciência disto, ajuda-nos a todos a ter uma determinação redobrada, num caminho que não é fácil, mas é absolutamente necessário para que o país progrida num quadro sustentável de desenvolvimento económico, social e ambiental.



OPINIÃO



ÓSCAR GASPAR
Economista e militante
n.º 26.303

Quer no caso do crescimento económico, quer na questão do défice orçamental, o ano de 2006 foi francamente melhor do que se esperava

CRESCIMENTO ECONÓMICO

O PIB cresceu 1,3 por cento em 2006. A economia portuguesa cresceu acima das previsões dos organismos internacionais e dos analistas portugueses. Para não falar do tom catastrofista do PSD.

Recorde-se que quando o Governo apresentou o Orçamento do Estado para 2006 com uma previsão de crescimento de 1,1 por cento o PSD logo disparou: “O cenário macroeconómico afigura-se-nos muito optimista, em particular no que respeita à previsão de crescimento das exportações. Com as perspectivas para a economia europeia a serem revistas sistematicamente em baixa, parece ser muito pouco prudente assumir que as exportações crescerão quase 6 por cento em 2006, depois de aumentarem apenas 1,2 por cento neste ano.”

Isto deve ser o que o dr. Marques Mendes classifica de “pensar em grande”. Pois bem, as exportações aumentaram 8,8 por cento. Fica aqui a economia nacional aos desafios. Para que conste, as exportações para Angola aumentaram 50 por cento, para o Brasil cresceram mais de 40 por cento e para o conjunto China, Singapura, Hong-Kong e Macau a taxa de variação foi positiva em quase 60 por cento. As empresas portuguesas tiveram a arte para encontrar novos mercados, mas também souberam estar à altura de mercados como a Espanha, a Alemanha e os EUA que foram os que mais contribuíram em volume para o desempenho exemplar das exportações.

Sabemos que as vozes que se ouviam no passado recente não se vão calar. E é claro que ninguém em Portugal está ainda satisfeito com o nível de riqueza gerada no país mas três coisas são certas:

- 1) estamos longe, muito longe, do pesadelo daquele cenário em que Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite se apresentaram de tanga e, sem surpresa, a economia entrou em recessão;
- 2) todos os organismos internacionais reviram em alta as suas previsões para a economia portuguesa e, ainda assim, ficaram aquém do dinamismo evidenciado pela economia (ex: Banco de Portugal e União Europeia reviram as suas previsões de 0,8 por cento e 0,9 por cento para 1,2 por cento);
- 3) os sinais actuais vão no sentido da aceleração do ritmo de crescimento. O INE diz que no 4.º trimestre de 2006 as exportações aumentaram 10,7 por cento e no investimento os bens de equipamento tiveram um crescimento de 4 por cento. Os dados já disponíveis de 2007 apontam também para uma aceleração do volume de negócios total, com crescimentos na ordem dos 6 por cento na indústria de bens de consumo e 13 por cento na dos bens de investimento.

Os economistas são muitas vezes acusados de só saberem olhar para trás e de errarem sempre as previsões (para o futuro). No caso concreto de Portugal, fica mais uma vez provado que as previsões estavam erradas: quer no caso do crescimento económico, quer na questão do défice orçamental, o ano de 2006 foi francamente melhor do que se esperava (para quem tem memória séria do ponto de partida). Resta-nos, portanto, desmentir a outra parte da acusação e olhar para o futuro, ou seja, continuar o trabalho do dia a dia tendo consciência da competitividade do mundo actual. Claro que, do ponto de vista do sector público, dizer futuro ou falar de Plano Tecnológico, PRACE, Simplex, QREN, Novas Oportunidade, entre outras iniciativas, é a mesma coisa.

Governo promete aumentar vigilância da GNR nas estradas secundárias

O FIM da Brigada de Trânsito vai levar a um “reforço da vigilância” nas estradas secundárias para fazer face à sinistralidade rodoviária nessas vias, afirmou o subsecretário de Estado da Administração Interna, Rocha Andrade.

Nesse sentido, o fim da BT como “estrutura autónoma” dentro da GNR vai colocar os meios existentes ao serviço de cada comando distrital que os irá gerir “de acordo com as necessidades do território”.

Esta solução vem “consagrar finalmente a integração da BT na GNR”, permitindo uma “maior flexibilidade e eficiência” na utilização dos meios, sublinhou Rocha Andrade durante a apresentação de mais uma edição da campanha distrital de prevenção rodoviária “Vamos Parar com Isto!”, organizada pelo Governo Civil de Leiria.

Em cada distrito, adiantou, “todo o dispositivo da Guarda fica na disponibilidade do comandante distrital”, possibilitando soluções de vigilância mais eficazes de algumas vias onde sucedem mais acidentes.

“Não é uma questão de despesa, mas sim operacional, que justifica a integração dos meios da BT na GNR”, explicou Rocha Andrade.

“Extinguir a BT não significa



extinguir a especialidade do trânsito na GNR”, acrescentou o subsecretário de Estado, salientando que vão existir indicações para uma maior vigilância e controlo do trânsito nas vias onde ocorrem mais acidentes: os itinerários complementares e secundários.

“É aí que está o nosso maior problema na sinistralidade” e o combate só será vitorioso se “conseguirmos meios mais próximos das populações e sob o comando da Guarda”, disse, sublinhando que, por outro lado, as auto-estradas são das “vias mais seguras” como o prova o baixo número de acidentes e mortos.

Na apresentação da campanha,

que vai envolver as escolas do distrito e autarquias, o governador civil, José Miguel Medeiros, anunciou que o maior ponto negro da sinistralidade da região – o IC2 – será objecto de um estudo técnico para avaliar a sinalização existente.

Os dados recolhidos em 2006 “demonstram que a via apresenta níveis de utilização elevados em toda a sua extensão”, pelo que o Governo Civil e as autarquias da região pretendem “compatibilizar todas as funções da infra-estrutura com a segurança dos automobilistas através da sinalização adequada ou da alteração das suas características”.

Reforma da Segurança Social incentiva envelhecimento activo

O CONSELHO de Ministros aprovou o sistema de protecção na invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social. Este novo regime, aprovado na sua versão final, visa garantir uma protecção social mais justa, incentivando a permanência por mais tempo no mercado de trabalho e o envelhecimento activo da população, bem como um sistema de segurança social, mais sustentável do ponto de vista financeiro, económico e social.

Assim, no domínio do cálculo das pensões de reforma por velhice e invalidez, prevê-se a aceleração do período de passagem à nova fórmula de cálculo das pensões, salvaguardando-se em todo o caso o princípio da proporcionalidade no cálculo das pensões.

Depois, na determinação do montante das pensões, passa a prever-se a aplicação do factor de sustentabilidade, relacionado com a evolução da esperança média de vida, dispondo-se que o mesmo resulta da relação entre a esperança média de vida em 2006 e aquele que se vier a verificar no ano anterior ao do requerimento da pensão.

No quadro da promoção do envelhecimento activo, alteram-se as regras em matéria de flexibilidade da idade de reforma, revendo-se as taxas de redução e de bonificação,

respectivamente, para os casos de antecipação e de prolongamento da idade de reforma.

Para além disto, introduzem-se mecanismos de bonificação da permanência no mercado de trabalho para os pensionistas que, podendo antecipar a idade de reforma sem qualquer penalização, optem por continuar a trabalhar.

Atribui-se ainda um tratamento diferenciado às carreiras contributivas muito longas, concedendo-se, por um lado, aos beneficiários com carreiras acima de 46 anos e que se reformem durante o período de passagem das regras antigas às novas regras de cálculo das pensões, a possibilidade de optar, caso lhes seja mais favorável, pela pensão que resultar de acordo com a aplicação exclusiva da nova fórmula de cálculo; e salvaguardando-se, por outro, que no cálculo das pensões, sejam considerados todos os anos da carreira, ainda que superiores a 40 anos.

Definem-se novos limites superiores no valor da pensão para efeitos de cálculo e de congelamento nominal das pensões de montante elevado, com respeito embora pelo princípio da contributividade.

Este diploma traz, ainda, uma outra importante novidade ao nosso ordenamento jurídico ao in-

troduzir uma distinção, no regime da protecção social na invalidez, entre a invalidez relativa, até aqui objecto de regulamentação anterior, e a invalidez absoluta.

Considera-se que estas situações devem merecer um cuidado especial pois, ao contrário do que sucede com a invalidez relativa, não subsistem capacidades remanescentes para o trabalho e são, por isso, situações de gravidade social extrema.

Assim, é fixado um prazo de garantia mais baixo do que aquele que se exige para a invalidez relativa (três anos naquela contra os cinco desta). Por outro lado, é fixada uma nova regra em matéria de mínimos sociais, garantindo-se, de forma gradual, a atribuição aos beneficiários de pensões de invalidez absoluta de um valor mínimo de pensão, igual ao valor mínimo da pensão de velhice correspondente a uma carreira contributiva completa.

Prevê-se, ainda, a definição de medidas de activação e acumulação com rendimentos de trabalho para os pensionistas de invalidez que promovam a reinserção profissional destes beneficiários no mercado de trabalho, valorizando e incentivando as suas capacidades remanescentes.

Igualdade de género na agenda da presidência portuguesa da UE

A promoção da igualdade de género vai marcar a agenda da presidência portuguesa da União Europeia e continuará a ser uma prioridade da política do Governo do PS a nível nacional. Esta a garantia deixada por José Sócrates no encerramento da sessão pública promovida pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) para assinalar o Dia Internacional da Mulher.

MARY RODRIGUES



NUM ENCONTRO que reuniu dezenas de militantes e dirigentes socialistas no salão nobre da sede nacional, o secretário-geral do PS e primeiro-ministro fez questão de frisar que o nosso partido tem liderado, em Portugal, as políticas promotoras da igualdade de género.

“O Partido Socialista tem sido o motor impulsionador da promoção da igualdade entre mulheres e homens no país”, afirmou, apontando de seguida que, de tudo o que já foi feito, “ficam para a história duas leis simbólicas”.

“Com a lei da paridade, aprovada o ano passado, e a lei sobre a interrupção da gravidez, aprovada a 8 de Março no Parlamento, demos um sinal claro ao mundo de que queremos progredir e modernizar-nos, mudando o panorama político nacional e combatendo a chaga social do aborto clandestino”, afirmou José Sócrates, para quem estas duas iniciativas legislativas da bancada socialista constituem um marco histórico para Portugal.

Ao frisar que “há batalhas que valem uma vida”, Sócrates recebeu uma prolongada salva de palmas da plateia de mulheres socialistas, perante a qual criticou “algumas vozes conservadoras” que têm pecado por excesso de pessimismo e cepticismo, tanto no caso da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, quanto no caso das quotas de representação feminina no Parlamento.

Lembrando ainda que foi um antigo dirigente socialista, Salgado Zenha, quem introduziu em 1974 a lei do divórcio, sustentou que “tal como agora acontece com essa lei, também a nova lei do aborto vai ter consenso social”.

“Agora estamos em melhores condições para defender a vida, mas também para lutar contra a indignidade do aborto clandestino”, declarou, comprometendo-se de imediato a “manter as políticas da igualdade” como temas centrais do PS e do Governo nos próximos dois anos.

Antes, no discurso de abertura da sessão, a presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto, fez também referência ao legado do nosso partido para a igualdade de género, manifestando-se satisfeita pelo facto de “o PS ter assumido a vanguarda nesta luta” e apontando de seguida os novos desafios que se colocam a Portugal neste campo.

Segundo Maria Manuela Augusto, é de vital importância para a efectiva promoção da igualdade de género re-ajustar horários de trabalho, transportes e equipamentos sociais, redefinir a gestão do espaço público, discutir em sede de Concertação Social a conciliação entre a vida profissional e familiar, combater a discriminação salarial e no emprego e, entre outros reptos a assumir, reconhecer igual valor social à maternidade e à paternidade.

Para a presidente das Mulheres

Socialistas, será também essencial conceber planos de formação para os professores e outros agentes educativos que incluam práticas pedagógicas relativas à cidadania e à igualdade de género, bem como criar instrumentos de paridade também nos conselhos de administração ou de gestão e nos cargos dirigentes de nível superior, cujos lugares sejam de nomeação.

Presente nesta sessão pública, em que também se assinalou o primeiro ano de mandato deste Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lácio, colocou a tónica da sua intervenção nos avanços que, em prol do combate a todas as formas de discriminação, têm sido conseguidos nos últimos dois anos de governação quer em domínios como o legislativo, o da gestão de recursos financeiros públicos, no domínio fiscal, da solidariedade, quer no sector da saúde e educação, concluindo que “o esforço nacional promovido pelo Partido Socialista no sentido da promoção da igualdade de género e da defesa da dos direitos da mulher não tem precedentes”.

Nesta sessão promovida pelo DNMS houve também um espaço de poesia a cargo de São José Lapa e Mário Máximo, tendo lugar ainda o lançamento da antologia poética “Da Palavra Mulher”.

Exportações são o motor da nossa economia

AS INFORMAÇÕES do Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstram que as exportações são de facto o motor da economia e que o país ganhou quotas de mercado ao longo de 2006. Foi esta a leitura feita por José Sócrates dos últimos dados divulgados pelo INE.

À entrada da sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher promovido pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, o primeiro-ministro e secretário-geral do PS disse aos jornalistas que “o nosso sector exportador é verdadeiramente

o motor da economia nacional”.

Sócrates considerou igualmente que os dados do INE demonstram que o crescimento da economia portuguesa foi superior às expectativas.

Trata-se, nas palavras do chefe do Executivo, de um sinal que reforça a confiança na nossa economia, uma vez que as contas portuguesas evidenciam um “crescimento virtuoso” baseado nas exportações.

Sócrates perspectivou assim condições favoráveis para a evolução positiva da economia nacional em 2007, vincando que elas comprovam

que Portugal está em progressiva melhoria.

Refira-se que, segundo os dados divulgados pelo INE, a economia portuguesa cresceu 1,3 por cento no ano passado, face a 2005, a um ritmo superior ao esperado pelos analistas e pelas principais instituições internacionais.

Os mesmos dados mostram que o crescimento da economia nacional assentou no aumento de 8,8 das exportações, o ritmo mais alto de evolução das vendas ao estrangeiro desde 1995. **M.R.**

OPINIÃO



ROSA ALBERNAZ
Deputada e presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Aveiro

Mesmo nos países desenvolvidos em que nos incluímos, a igualdade entre homens e mulheres não passa de uma miragem

ALGUMAS NOTAS SOBRE O DIA DAS MULHERES

O DIA 8 de Março é consagrado ao Dia Internacional da Mulher onde se celebra sobretudo o alcance dos feitos políticos, sociais e económicos atingidos pela mulher. Gostaria de lembrar algumas notas históricas sobre esta efeméride que ajudam a compreender a necessidade que a sociedade contemporânea tem, ainda hoje, de evocar este dia.

A ideia da existência de um dia internacional da mulher foi inicialmente proposta na viragem do século XX, durante o rápido processo de industrialização e expansão económica que levou aos protestos sobre as condições de trabalho. As mulheres empregadas em fábricas de vestuário e indústria têxtil foram protagonistas de um desses protestos em 8 de Março de 1857 em Nova Iorque, em que protestavam sobre as más condições de trabalho e reduzidos salários. As protestantes foram trancadas no interior da fábrica pelos patrões e pela polícia. Estes mesmos patrões atearam fogo no prédio e 129 trabalhadoras morreram carbonizadas.

Muitos outros protestos se seguiram nos anos seguintes ao episódio de 8 de Março, destacando-se um outro em 1908, onde 15 mil mulheres marcharam sobre a cidade de Nova Iorque exigindo a redução de horário, melhores salários e o direito ao voto.

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado durante as décadas de 1910 e 1920, mas esmoreceu e foi revitalizado pelo feminismo apenas na década de 60. Em 1975, designado como o Ano Internacional da Mulher, a Organização das Nações Unidas começou a patrocinar o Dia Internacional da Mulher como hoje o conhecemos.

Como é possível observar por estes pequenos apontamentos, a luta das mulheres pela conquista dos seus direitos não foi fácil nem pacífica. E, se hoje, as mulheres são já possuidoras de muitos direitos, a verdade é que muito caminho há ainda a percorrer neste âmbito.

Senão vejamos, falta conquistar uma coisa tão simples como a universalidade dos direitos já conquistados porque a situação nos chamados países desenvolvidos é bem diferente da realidade vivida noutros cantos do mundo onde a mulher ainda se sujeita à vontade de seus pais para crescer e submeter-se durante toda a vida às vontades do seu marido, sem quaisquer direitos nomeadamente a nível testamentário, onde a herança do cônjuge reverte apenas para os filhos deixando a viúva em condições de absoluta precariedade, isto para dar um pequeno e simples exemplo.

Mas mesmo nos países desenvolvidos em que nos incluímos, a igualdade entre homens e mulheres não passa de uma miragem. Em concreto no nosso país, a verdadeira realidade é que, segundo o último censo, as mulheres representam 52 por cento do total da população; são elas que em maior número (57 por cento) frequentam o ensino superior e obtêm melhor aproveitamento e são as mulheres que têm uma maior presença no mercado de trabalho.

Contudo, o reverso da medalha é bem diferente. Sabemos que a desigualdade salarial persiste em atingir as mulheres; são elas as primeiras em engrossar as fileiras do desemprego e que quer em cargos de gestão superior, quer em cargos dirigentes da Administração Pública a sua presença tem uma expressão residual. A própria participação na vida política representa também um campo de difícil acesso para as mulheres, no parlamento português elas representam apenas 21,3 por cento dos deputados.

Estes são alguns aspectos da nossa realidade. Todavia, é importante salientar a importância das mudanças em curso. Sublinho aqui algumas que me parecem de particular relevo: o art. 109º da Constituição da República Portuguesa, que determina que a lei promova a igualdade sem discriminação em função do género no acesso a cargos políticos; os planos Nacionais para a Igualdade e Plano Nacional de Luta contra a Violência; a Revisão do Código Penal no tocante aos crimes de violência doméstica e de género; a Protecção à maternidade e à paternidade, no Código do Trabalho; o direito à licença por paternidade; a Lei da Paridade e Referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG), até às dez semanas, por opção da mulher.

Não posso deixar também de destacar aqui o papel histórico do Partido Socialista nestas matérias e, em particular, a actuação determinante do actual Governo de dar real importância e relevância a estas questões, nomeadamente neste ano de 2007 que é o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos.

Acredito que se continuarmos neste caminho, será possível deixar de celebrar esta efeméride, o que revelaria que a tão almejada igualdade estaria definitivamente alcançada!

OPINIÃO

REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA SAÚDE NO MINHO

RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS

O ministro da Saúde demonstrou uma grande abertura ao colocar em debate público os resultados do estudo daquela Comissão Técnica

CONTINUAMOS a assistir, todos os dias, ao debate que está a ser desde há muito gerado acerca da situação do sector da Saúde em Portugal. De uma forma paulatina, o ministro da Saúde, Correia de Campos, tem vindo a promover uma série de diligências que tendem ao esclarecimento completo e cabal das alterações que, incluídas no programa que o Partido Socialista levou às eleições de 2005 e reafirmadas no programa do Governo, devem ser concretizadas, tendo em vista a melhoria das condições de prestação de cuidados de saúde aos portugueses, tal como está devidamente consagrado na Constituição da República.

Propomo-nos, assim, deixar aqui algumas reflexões, valendo-nos não só da condição de deputado à Assembleia da República mas, também, de membro da Comissão Parlamentar de Saúde.

Assim, desde logo, há que considerar como muito importante a implementação das chamadas “consultas abertas” ou consultas não programadas, em substituição dos chamados SAP’s (Serviço de Atendimento Permanente) nos centros de saúde e que não são urgências, apesar de popularmente serem considerados como tal. Trata-se de um novo instrumento que proporciona outras condições aos utentes, nomeadamente aqueles que não têm o chamado “médico de família”, ou aqueles que nem sempre o têm disponível, por circunstâncias diversas.

Por outro lado, há que reflectir sobre os designados Centros Hospitalares – que já estão a ser implementados, sendo casos flagrantes os do Cávado (envolvendo os hospitais de S. Marcos, de Braga, e de Santa Maria Maior, de Barcelos), o do Alto Ave (Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, e S. José, de Fafe) e o do Baixo Ave (S. João de Deus, de Vila Nova de Famalicão, e Santo Tirso). Este exemplo do que está a passar-se no distrito de Braga revela, de uma forma cabal, o que deve ser o aproveitamento de sinergias, contribuindo para uma maior dinâmica das diversas unidades hospitalares, naturalmente com pré-requisitos e organigramas previamente definidos, aproveitando, assim, as sinergias e organizando-se de uma forma complementar para que não haja desperdícios e, sim, aumento de qualidade em hospitais próximos.

Abrangendo o Minho, podemos destacar Valença. Este caso que continua a provocar alguma celeuma poderia, em hipótese, apostar numa solução de um hospital público-privado no Vale do Minho ou uma convenção com algum hospital privado. Na substituição do SAP deve ser acordada uma consulta aberta, decidindo-se o tempo durante o qual deve funcionar. O que não se pode é, como diz o povo, andar para trás. A urgência de Monção tem fortes razões – Monção tem um grande crescimento e fica mais longe de Viana do Castelo. Mais longe só Melgaço e isso deve-lhe uma atenção especial. Mas Valença deve ter, também, como referência, uma urgência que a aproxime dos hospitais, como, por exemplo, Ponte de Lima ou Viana do Castelo.

Outro caso a tratar é o de Arcos de Valdevez. Que poderá ser substituído por algo de semelhante mas sem deixar a população dos Arcos com um sentimento de desprotecção. Tanto no Minho como no resto do país, a melhoria dos transportes de doentes, com apoio técnico, é fundamental e é uma aposta do ministro da Saúde.

No todo nacional, este trabalho deve ser executado calmamente e, se houver alterações e até argumentos fortes, estas situações de eventuais encerramentos podem inclusivamente vir a não ser concretizáveis. A rede de urgências não deve ficar como tem estado até aqui, porque nada é definitivo e fixo, mas aprofundando exaustivamente as situações, pode concluir-se que não se enverede rigorosamente pelas soluções delineadas pela Comissão Técnica de Requalificação das Urgências.

Há, entretanto, que referir que o ministro da Saúde demonstrou uma grande abertura ao colocar em debate público os resultados do estudo daquela Comissão Técnica. Há, também, que dizer que, do ponto de vista pessoal, nunca estivemos de acordo com a colocação do estudo técnico em bruto em debate público, porque pensamos que este estudo poderia e deveria servir como base de trabalho para o poder político, mas não deveria transparecer para a opinião pública, porque as pessoas são levadas a pensar que este estudo pode vir a ser a decisão final de Correia de Campos.

E não há nada que movimente mais as pessoas do que o tema da Saúde, porque é transversal a toda a gente e porque mexe com o imaginário e com a parte emocional e até mesmo com o bairrismo das populações.

Por isso, antes de apresentar o estudo e tomar decisões, é preciso realizar muito trabalho a montante e a jusante. Assim, é necessário constituir muitas mais Unidades de Saúde Familiares (USF), para substituir o médico de família, que hoje se encontra ultrapassado. Utilizando a informática, é possível um grupo de médicos organizado numa USF, com entajuda, atender toda a gente que esteja inscrita. Ou seja, torna-se mais fácil as pessoas terem consultas, entre as 8 e as 20 horas, e inclusivamente fazer protocolos com as USF onde se justifique, para fazerem mais algumas horas de atendimento aos utentes. E, desde logo, toda esta envolvência evita que muitas pessoas vão parar aos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) ou mesmo às Urgências. Também a criação dos cuidados continuados, em que as pessoas mais frágeis ficam internadas até recuperarem, melhora a situação, pois muitos dos habituais utilizadores das urgências e dos SAP’s são pessoas que estão com a saúde debilitada e com recaídas constantes.

Toda a problemática em torno da situação no sector da Saúde está, pois, em aberto. As mais recentes declarações do ministro Correia de Campos deixam antever – e nem outra coisa seria de esperar – uma atitude de abertura a todas as soluções que possam vir a ser viáveis, mesmo tendo em conta os resultados do estudo da referida Comissão Técnica. E, obviamente, não será contra os interesses dos portugueses – nem sequer contra os interesses de alguns portugueses – que o ministro Correia de Campos tomará as decisões finais.

Ministério da Educação vai investir milhões de euros para combater insucesso escolar



SETE ESCOLAS problemáticas das zonas de Lisboa e Porto vão receber 1,8 milhões de euros para combater o abandono e insucesso escolar, através de contratos que prevêem a concessão de apoios prioritários, no âmbito de uma política de discriminação positiva que está a ser levada a cabo pelo Ministério da Educação.

Numa cerimónia realizada na escola do 2º e 3º ciclos Cardoso Lopes, na Amadora, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, assinou os contratos relativos aos primeiros sete de 36 estabelecimentos de ensino localizados em meios desfavorecidos, que vão beneficiar de recursos humanos especializados e obras nas instalações.

“Identificámos estas 36 escolas como as mais atingidas pela desigualdade económica e social e, nestes casos, são necessárias políticas de discriminação positiva e criar um programa que lhes permita ter direito a recursos adicionais”, disse a ministra.

No total, o Ministério da Educação vai canalizar 15 milhões de euros, até 2009, para estes 36 estabelecimentos de ensino, no âmbito do projecto dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), lançado pelo Governo de António Guterres em 1996 e relançado em Setembro do ano passado.

Maria de Lurdes Rodrigues identificou “a exclusão e a desigualdade” como os verdadeiros flagelos

a combater nas escolas intervencionadas pelo TEIP.

Escolhidas com base nas taxas de abandono e insucesso escolar e no número de ocorrências de violência e indisciplina registados no Gabinete de Segurança do Ministério da Educação, estas 36 escolas elaboraram projectos para melhorar os resultados, apresentando soluções que passam, nomeadamente, pela contratação de recursos humanos como assistentes sociais, mediadores culturais ou psicólogos.

Além destes recursos, as escolas TEIP, que a ministra classificou como “escolas da inclusão”, vão beneficiar ainda de obras de aumento ou melhoria das instalações, recebendo também um tratamento preferencial ao nível dos programas lançados pela tutela, como o desporto escolar, o programa de acção para a Matemática ou o Plano Nacional de Leitura.

Numa primeira fase, os TEIP estão limitados geograficamente às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas Maria de Lurdes Rodrigues anunciou que o Governo pretende expandir o projecto a todo o país, um objectivo que representa um investimento de cem milhões de euros de fundos europeus, disponibilizados através do novo quadro comunitário de apoio, agora designado QREN, que vigora até 2013.

Para já ficaram assinados os contratos-programa com os agrupamentos de escolas da Trafaria, Vialonga, Sacavém e Prior Velho,

Dr. Azevedo Neves (Sintra) e Cardoso Lopes (Amadora), localizados na área metropolitana de Lisboa, assim como com os agrupamentos Óscar Lopes e Santa Bárbara, no Porto, devendo os restantes protocolos ser celebrados até ao final do mês.

Reforçar ligação à comunidade

No agrupamento de escolas Cardoso Lopes, visitado pela ministra, os objectivos a alcançar nos próximos três anos estão claramente quantificados e têm como objectivo reduzir para 15 por cento a taxa de insucesso escolar, actualmente fixada nos 52 por cento.

Para atingir tal desiderato, o agrupamento vai poder contar com mais dois professores do 1º ciclo, destacados para um acompanhamento individualizado dos alunos, assim como três animadores culturais, dois mediadores, um assistente social e um psicólogo, que vão começar a trabalhar já este ano lectivo.

Novos cursos de educação e formação, introdução de currículos alternativos, criação de clubes temáticos e reforço das actividades desportivas são outras das apostas das escolas TEIP, que vão colaborar directamente com entidades como juntas de freguesia, centros de saúde, centros de emprego e instituições de solidariedade social para reforçar a ligação à comunidade.

Redução da despesa pública foi essencial para a melhoria do défice orçamental

A MELHORIA do défice orçamental para os 4,6 por cento do PIB em 2006 foi alcançada sobretudo à custa da redução da despesa pública, afirmou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

Em conferência de Imprensa realizada depois do anúncio dos números das contas públicas, em contabilidade nacional, divulgados no dia 19 pelo Instituto Nacional de Estatística, Fernando Teixeira dos Santos sublinhou que a redução da despesa pública contribuiu em cerca de 80 por cento para a melhoria do défice orçamental.

O titular da pasta das Finanças frisou que a consolidação orçamental que está a ser feita “é virtuosa”, porque assenta na “contenção e na redução da despesa pública”.

E acrescentou que “esta consolidação tem condições para ser sustentável e para permitir reduzir o défice para valores bem abaixo dos 3,0 por cento e sem correr o risco de recaída”.

O INE anunciou que o défice público ficou em 3,9 por cento do PIB em 2006, abaixo dos 4,6 por cento previstos inicialmente pelo Governo e abaixo dos 6,0 por cento registados em 2005.

Segundo Teixeira dos Santos, o resultado agora conhecido foi “muito positivo” e melhor do que o esperado, mostrando ainda aos portugueses que “os esforços que



OPINIÃO



JOÃO SEQUEIRA
Membro da Comissão Nacional do PS

Objectivo ambicioso a alcançar até ao final da legislatura: tirar Portugal do último lugar do “ranking” da Europa de praticantes de desporto nos próximos quatro anos

UM COMPROMISSO NACIONAL

QUANDO o Governo tomou posse todos os dados apontavam para a “insuficiência da prática desportiva da população portuguesa”.

Esta realidade – que nos colocava na cauda da União Europeia – era a prova iniludível que a política desportiva adoptada nos últimos anos não tinha alcançado os objectivos pretendidos.

Estávamos perante um modelo de banda estreita, que apostava em apenas alguns parceiros privilegiados e em objectivos isolados. Uma política sem viabilidade financeira, baseada na subsídio-dependência, que aumentou as assimetrias, a exclusão e a burocracia, e que não estimulou nem enquadrava a iniciativa privada e a dinâmica autárquica.

Era este o retrato da actividade física e do desporto no início de 2005. Esta realidade e esta insuficiência de resultados justificaram e impuseram outro rumo e um novo modelo de desenvolvimento desportivo.

Foi com este objectivo que o Programa do Governo sublinhou o princípio constitucional de que todos os cidadãos têm o direito à cultura física e ao desporto. Assente na premissa de que é numa noção de serviço público que deve ser acolhida a definição dos valores centrais da política desportiva em Portugal. Fazendo-a em estreita cooperação com os cidadãos, com a sociedade, e com todos os agentes desportivos.

É a afirmação inequívoca de um desporto para todos. Acessível a todas as pessoas, respeitando as diferentes aspirações e capacidades e a diversidade das práticas.

Estabeleceu-se, por isso, um objectivo ambicioso a alcançar até ao final da legislatura: tirar Portugal do último lugar do “ranking” da Europa de praticantes de desporto nos próximos quatro anos.

A nova orientação política apresenta elementos inovadores:

1.º No Programa de Governo, o desporto deixou de estar secundarizado e abandonado nas últimas páginas, como era habitual. Ao contrário ganhou dignidade enquadrando-se na área da “Qualidade de Vida e do Desenvolvimento Sustentável” (em articulação com a Escola, o Ordenamento do Território, o Ambiente, a política das Cidades e o Desenvolvimento Local);

2.º Reforça-se a coordenação e articulação entre os vários organismos, sectores e subsistemas que, no seio do sistema desportivo, vinham trabalhando de forma maioritariamente isolada;

3.º Prossegue-se uma acção de proximidade promotora de uma maior coesão social;

4.º Opta-se por uma visão integrada e inclusiva do desenvolvimento desportivo, olhando para a globalidade do percurso e ciclo de vida do cidadão que pratica desporto e actividade física (trata-se com a mesma responsabilidade todos os cidadãos garantindo igualdade de acesso às actividades desportivas sem discriminações sociais, físicas ou de género).

Neste modelo, o desporto enquanto actividade física competitiva, de alto rendimento, que contribua para a superação individual e para o prestígio colectivo, continua a ter o seu lugar. Mas, ao mesmo tempo, deverá estar ao serviço do cidadão e da sua qualidade de vida (na vertente do exercício, do lazer e da saúde) e contribuir para a inclusão e a coesão social.

Ou seja, o novo rumo impõe uma alteração de paradigma em relação ao passado recente. Porque exige uma acção sistemática e coerente de integração e equilíbrio simultâneo destes três factores. Uma política de banda larga que não se limita a tratar cada um destes factores per si, isoladamente, mas que promove a sua integração e complementaridade.

Desta forma, não pode apenas contar com um clube restrito de parceiros privilegiados, mas com a multiplicidade dos agentes. É por isso que se assume o Compromisso Nacional de uma responsabilidade partilhada (entre o Estado, o movimento associativo, as autarquias e a escola) e que mais do que a mera redistribuição de recursos, se estimula a promoção de oportunidades de crescimento.

Foi seguindo este rumo e de acordo com este modelo de desenvolvimento desportivo que o Governo levou a cabo o Congresso do Desporto;

Que apresentou e a Assembleia da República aprovou a nova Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto;

Que consolidou a sustentabilidade do apoio e do financiamento ao sistema desportivo português;

Que garantiu uma verba própria para os equipamentos e infra-estruturas desportivas no “QREN 2007-2013”;

Que em conjunto com as autarquias introduziu a actividade física no 1.º ciclo do ensino básico;

E que lançou medidas como “Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas” (dirigida aos clubes e associações desportivas), “O Primeiro Relvado” (dirigida às autarquias) e “Modernização das Federações Desportivas” (dirigida às federações).

Esta nova Agenda da Actividade Física e do Desporto só se cumpre se contar com o empenho dos diversos agentes, isto é, se fizer do “jogo em equipa” o seu grande trunfo.

Este terá que continuar a ser um compromisso nacional.

lhês têm vindo a ser pedidos, em função do desequilíbrio das finanças públicas, estão a valer a pena”.

O ministro lembrou ainda que a redução do défice orçamental está a ser feita sem recurso a quaisquer medidas de natureza extraordinária, sendo sobretudo resultado de

políticas de combate à fraude e evasão fiscais e de controlo, contenção e redução da despesa pública.

Questionado sobre a possibilidade de estarem reunidas as condições para uma descida dos impostos, Teixeira dos Santos disse que seria “irresponsável” e uma “demagogia”.

Imigração é pilar de sustentabilidade da economia comunitária

A IMIGRAÇÃO é um pilar da sustentabilidade da economia da Europa Ocidental. Esta a ideia sublinhada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante um seminário promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Lembrando que as migrações “não são fenómeno do nosso tempo, nem uma novidade histórica”, José Sócrates defendeu ser “desejável e possível regular os movimentos migratórios”.

É necessário – frisou – “controlar as fronteiras para que os dispositivos de acolhimento funcionem bem”, estabelecendo “limites qualitativos e quantitativos” para a entrada de imigrantes ao território nacional.

O chefe do Executivo destacou igualmente que a imigração é um “tema central da agenda política europeia”, numa altura em que Portugal se prepara para assumir a presidência rotativa da União no segundo semestre deste ano.

Na sessão de abertura da confe-

rência internacional “Imigração: Oportunidade ou Ameaça?”, Sócrates advogou uma perspectiva “optimista e aberta” sobre um tema que admitiu ser “complexo”.

Ressalvou depois que, em questões de imigração, Portugal não partilha da visão de alguns Estados-membros da UE defensores de uma “Europa fortaleza”.

“A nossa visão deste fenómeno é uma visão positiva e moderna. Vemo-lo mais como um desafio e uma oportunidade do que como um risco, apesar de termos consciência que ele também implica uma dimensão de ameaça própria dos fenómenos globais e do intercâmbio humano”, afirmou o primeiro-ministro.

A este propósito, apontou como exemplo desta visão a nova Lei da Nacionalidade, já aprovada pelo Governo, e a Lei da Imigração, ainda em discussão.

Esta última – apontou – “depende de um fenómeno conjuntural que interage fortemente

com dimensões fundamentais de uma sociedade moderna como a nossa”.

Sustentando ainda a importância do novo diploma, Sócrates destacou as dimensões demográfica, de crescimento, emprego, civilizacional e cultural, acrescentando que “é assim que nós vemos a imigração aqui em Portugal”.

E observou que “a Europa não só se encontra em declínio demográfico e em perda progressiva de população activa, como também vê aumentar exponencialmente a população com idade superior a 65 anos”.

“A imigração constitui-se sempre como um factor de crescimento, produtividade e competitividade, não só nos países de acolhimento, mas também nos próprios países de origem”, frisou, lembrando ainda que “a miscigenação de civilizações e de culturas” é “um dos mais importantes efeitos criativos de longa duração do fenómeno da imigração”. M.R.

Novas Oportunidades para um milhão de portugueses



Governo quer mobilizar os jovens e os adultos para a possibilidade de aumentarem as suas qualificações.

QUALIFICAR um milhão de portugueses até 2010 é uma das metas anunciadas para o programa “Novas Oportunidades”, que beneficiará, nos próximos anos, de um investimento na ordem dos 5,1 mil milhões de euros.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na sessão de apresentação da iniciativa “Novas Oportunidades”, que é acompanhada por dois slogans: “Aprender compensa” e “A experiência conta”.

No Museu da Electricidade, em Lisboa, onde também estiveram presentes os ministros da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, e centenas de convidados, José Sócrates reconheceu que “não basta pôr dinheiro em cima dos problemas para que tudo se resolva”.

“Mas sem nunca pôr dinheiro,

também não se resolvem os problemas”, ressaltou, numa intervenção em que apontou os “três grandes desafios” que se colocam actualmente ao nosso país: pôr as contas públicas em ordem, aumentar o crescimento económico e qualificar os portugueses.

“Rigor, crescimento e qualificação” são, pois, as prioridades do Executivo de José Sócrates, para quem constitui motivo de grande preocupação o facto de existirem 3,5 milhões de portugueses com habilitações inferiores ao 12º ano de escolaridade.

Neste sentido, Sócrates avisou que se os desafios das contas públicas e do crescimento económico são de carácter conjuntural, o problema do aumento da qualificação da população activa nacional vai exigir paciência, persistência e estabilidade nas políticas.

“Em matéria de melhoria da qualificação – tendo Portugal 480 mil jovens entre os 18 e os 24 anos sem o ensino secundário concluído – não há receitas milagrosas, nem medidas que respondam aos problemas em meia dúzia de meses.

A formação tem de assumir-se como uma prioridade total do país nos próximos anos”, defendeu, apontando de seguida que por esta razão, no Quadro Referencial Nacional Estratégico (QREN), entre 2007 e 2013, “o investimento no capital humano passará dos anteriores 26 por cento para 37 por cento”.

“Com o QREN e os recursos públicos nacionais, vamos investir nove mil milhões de euros. O programa ‘Novas Oportunidades’ vai envolver 5,1 mil milhões de euros”, especificou.

Segundo o primeiro-ministro, em 2006 já se registaram alguns progressos que considerou relevantes.

“Com o alargamento do leque dos cursos profissionalizantes e tecnológicos no ensino secundário, pela primeira vez houve, em 2006, um aumento do número de alunos; foram celebrados mais de 350 acordos com empresas e associações para formação profissional; e o número de centros de novas oportunidades chegaram aos 270 no final de 2006, quando a meta prevista para 2007 era de

250”, referiu, antes das intervenções dos ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social.

Maria de Lurdes Rodrigues considerou que o desafio da qualificação tem “seis grandes exigências”, a primeira delas “a necessidade de uma estreita coordenação consequente” entre os ministérios da Educação e o do Trabalho e da Solidariedade Social.

A mobilização da população activa, das instituições públicas e empresariais para o desafio da qualificação, a adaptação dos agentes de formação às novas formas de funcionamento (designadamente ao nível de horários), a intensificação da dupla certificação, a renovação dos instrumentos de ensino (não apenas de carácter formal) e a abertura de novas portas para a formação foram outros desafios apontados pela governante.

Já o ministro, Vieira da Silva, salientou a abertura de mais de 15 mil vagas para jovens em cursos profissionais, o alargamento da formação para adultos e o ritmo

de crescimento dos centros novas oportunidades.

“Criámos a Agência Nacional para a Qualificação para coordenar os esforços”, lembrou, para depois acrescentar que, “estando construídos todos os instrumentos, queremos agora alargar a nossa ambição, envolvendo largos milhares de jovens e trabalhadores no programa”.

Recorde-se que o programa “Novas Oportunidades” foi apresentado a 21 de Setembro de 2005, estando agora reunidas as condições para o lançamento de “uma forte” campanha de mobilização.

A iniciativa prevê fazer do 12º ano o referencial mínimo de qualificação, dar prioridade às vias tecnológicas e profissionalizantes para jovens e qualificar um milhão de activos, até 2010, através do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de competências e dos Cursos de Educação e Formação de Adultos.

A campanha publicitária do “Novas Oportunidades” vai ser transmitida pela televisão, rádio, imprensa, Internet e “outdoors”. M.R.

“A lei da IVG possibilitou o encontro de Portugal com a sua história”



A reforma para a modernização do Parlamento e as leis eleitorais para as autarquias e a Assembleia da República são as prioridades apontadas por Alberto Martins para a agenda da segunda metade da actual sessão legislativa.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) analisa também os sinais de descalabro da direita portuguesa, a crise na Câmara de Lisboa e as eleições na Madeira, fazendo ainda um balanço positivo da produção legislativa da nossa bancada, do exercício governativo e da articulação conseguida entre o Grupo parlamentar e o Governo.

MARY RODRIGUES / SILVINO GOMES DA SILVA

Que balanço faz da actividade do Grupo Parlamentar do PS nesta primeira parte da legislatura?

Faço um balanço muito positivo. O Grupo Parlamentar garantiu uma sustentação política sem falhas, no essencial, ao Governo, garantindo ao mesmo tempo uma iniciativa política muito forte no quadro reformista actual.

Esta primeira metade da legislatura foi aquela em que houve um conjunto mais alargado de leis de reforma política a ser implemen-

tado. Assim, pode dizer-se que a bancada socialista esteve à altura das suas responsabilidades na fiscalização e sustentação política do Executivo, na iniciativa legislativa com amplo pendor reformista e enquanto espaço de debate público e político.

Quantas leis foram aprovadas neste primeiro período?

Estamos a falar em mais de uma centena de leis aprovadas. No entanto, é preciso sublinhar que o

número de leis, embora relevante, não é essencial, sendo verdadeiramente fundamental a qualidade da produção legislativa.

Neste primeiro período da legislatura foram aprovadas leis tão importantes como a revisão constitucional, a lei da eleição do Presidente da República, para além de três leis que, a meu ver, marcarão a história desta legislatura e de qualquer legislatura. Refiro-me à lei que estabelece a limitação dos mandatos dos titulares de cargos políticos executivos, à lei da paridade, à da interrupção voluntária da gravidez. Mais se destaca neste leque a lei que atribui competências à Assembleia da República para acompanhar o processo legislativo europeu.

Todas estas leis consubstanciam reformas políticas de fundo sempre perseguidas e só agora concretizadas.

Já num segundo plano de importância, lembraria a aprovação da lei de substituição dos deputa-

dos, a definição do universo dos cargos de confiança política ao nível da Administração Pública e ainda a lei da Entidade Reguladora da Comunicação Social e as leis eleitorais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Importa destacar que grande parte das leis aprovadas neste período exigiram a aprovação por maioria de dois terços, tendo sido aprovadas não só pelo PS, mas também com o aval de diversas forças políticas com assento parlamentar.

Desmentindo claramente uma crítica que nos é feita, posso dizer que apenas 18 leis das 114 aprovadas passaram com os votos exclusivos da bancada socialista.

Tivemos um exemplo com a nova lei da IVG...

Certo, e esse é um aspecto que ainda não foi destacado pela Comunicação Social e que importa salientar. A nova lei sobre a IVG teve, na prática, 157 votos favorá-

veis dos deputados em efectividade de funções, o que corresponde a uma maioria de dois terços mais três. Isto significa que houve um extenso trabalho de consensualização e que muitas das leis que aprovámos recolheram um apoio parlamentar maioritário.

De todas as leis que citou, poderia destacar uma, aquela que lhe motive mais orgulho?

Aquela de que mais me orgulho é, realmente, a lei da IVG, uma vez que ela possibilitou o encontro de Portugal com a sua história. Trata-se de uma lei que esperávamos desde o 25 de Abril e cuja manutenção, tal como estava, nos envergonhava.

A recente alteração aprovada é, por isso, de enorme relevo para Portugal e orgulha os democratas portugueses. O nosso país estava fora do seu tempo antes de aprovarmos esta lei, sendo que ela se deve muito à iniciativa do Partido Socialista, desde logo por ter assu-

mido a responsabilidade de fazer avançar a realização do referendo, mas também lhe deve pela insistência e a paciência democrática com que o PS trabalhou ao longo de todo o processo.

Conseguimos ganhar a recente consulta popular e aprovar uma nova lei da IVG com maioria de dois terços, num momento único da história da nossa Assembleia da República.

Contudo, o resultado desta consulta popular não foi juridicamente vinculativo. Considera que o instituto do referendo está saudável hoje na democracia portuguesa?

Não podemos esquecer que a democracia em Portugal tem pouco mais de 30 anos e, por isso, todos os procedimentos democráticos estão a fazer o seu caminho. A nossa democracia representativa está consolidada pela sua própria natureza e os mecanismos da democracia participativa – directa e semidirecta – não têm qualquer tradição democrática no nosso país.

Testemunhamos, com o recente referendo, uma participação maior do eleitorado português. É cedo para dizermos que temos uma cultura referendária enraizada, mas também é prematuro dizermos que o instituto do referendo não corresponde a uma aspiração do povo português.

Em suma, é preciso fazer este trajecto, porque a democracia é também uma aprendizagem e um aprofundamento contínuos.

Certo é que este referendo não foi vinculativo no plano jurídico e julgo ser necessário reflectir sobre se os referendos devem ter essa vinculatividade jurídica, sendo certo que na praxis política e constitucional, as consultas populares são, por tradição, no nosso país, politicamente vinculativas.

Entendo isto como razoável, uma vez que se os deputados e o Parlamento abrem mão do seu poder e resolvem perguntar ao povo, faz todo o sentido que aceitem o que o povo diz. Isto porque, o silêncio do povo, quando se abstém, não pode ser interpretado em nenhum sentido.

Passando agora às eleições para a direcção da bancada, coloca-se a questão de saber as razões que motivaram a sua realização agora e não no final da sessão legislativa?

Estivemos indecisos entre a realização destas eleições em Setembro ou agora, mas sempre dissemos que deveriam ser feitas ao fim de dois anos. Fosse qual fosse o tempo, uma das partes da eleição teria mais do que dois anos e como desde o início acordámos esse prazo que vai de encontro à tradição do Grupo, entre as duas hipóteses optámos por realizar eleições agora, para que também não se dissesse que estávamos a adiá-las.

Vou apresentar-me como candidato à presidência da bancada e vou fazê-lo com a mesma lista por

considerar que esta direcção tem dado sinais de uma grande coesão, de grande equilíbrio e de um grande reconhecimento.

O objectivo é pois de continuidade, numa equipa que se revela consistente e que tem prosseguido os grandes objectivos que são os nossos: sustentação política do Governo, solidariedade crítica com o Executivo e um programa de iniciativa legislativa que, maioritariamente, está cumprido, com excepção de três ou quatro pontos que merecem aprofundamento.

Quais são as prioridades da agenda da nossa bancada para a segunda parte desta sessão legislativa?

Há uma prioridade que corresponde à natureza do papel Grupo Parlamentar e que passa por acompanhar o Governo nas reformas políticas em curso na Administração Pública, Segurança Social, Justiça, Educação e na Saúde.

A bancada vai acompanhar, interessar-se e participar nas reformas que têm uma componente parlamentar muito forte, dado que algumas delas são concretizadas por iniciativas legislativas na Assembleia da República. Dai que tenhamos de ter um papel determinante e, em último caso, decisivo em termos de produção legislativa, sendo certo que o impulso inicial e referencial é naturalmente do Governo.

Temos depois uma agenda própria, que estamos a cumprir com o êxito e com a eficácia que se conhecem. No topo das prioridades desta nossa agenda política está a reforma do Parlamento e as leis eleitorais para as autarquias e para a Assembleia da República.

Quais as dificuldades quotidianas que se colocam na gestão da bancada de um partido maioritário?

O grande desafio diário com que nos defrontamos passa por ter uma grande previsão dos acontecimentos e pela distribuição de funções aos deputados.

O Partido Socialista constitui actualmente uma maioria absoluta com 121 deputados e perseguimos três grandes objectivos: um é manter uma solidariedade sem quebras para com o Governo, outro é ter iniciativa política e outro ainda o de criar condições para que todos os deputados tenham a possibilidade de se exprimir.

É preciso não esquecer que há uma grande dificuldade na harmonização constante que devemos fazer entre o livre exercício da função de deputado e a solidariedade deste para com a sua bancada e para com as metas por ela traçadas. O segredo de como isto se faz radica numa estreita articulação, por um lado, entre a direcção da bancada e as comissões parlamentares, passando pela articulação entre direcção, coordenadores e deputados, e, finalmente, numa articulação fundamental entre o Governo, a direcção do grupo e os coordenadores.



E como tem sido a articulação do grupo com o Governo?

Essa articulação é feita pelo presidente da bancada, mediante um contacto regular e quotidiano com o ministro dos Assuntos Parlamentares e com contactos regulares com o primeiro-ministro.

Também se estabelece esta articulação com os ministros respectivos em função das comissões, sendo que ela tem, no essencial, funcionado.

Durante a minha longa experiência parlamentar, posso dizer que nunca houve um fluxo de informação e de comunicação, nem uma articulação entre a direcção da bancada e o Governo como tem havido agora. E isto deve-se, em concreto, a uma informação tempestiva partilhada segundo regras essenciais: o Governo governa, os parlamentares do PS partilham e sustentam o Executivo no Parlamento e têm actividade política e legislativa própria. Cada um com as suas funções distintas.

Sem prejuízo da autonomia própria do exercício parlamentar, o deputado é o primeiro advogado de defesa da acção política governamen-

Os deputados devem ter uma participação no processo legislativo, mas não governam

tal, porque é ele quem, depois do Governo, tem que dar a cara, quer na Assembleia da República quer no espaço público, em defesa das opções do Executivo, que são também dele por haver uma matriz programática comum.

O programa eleitoral pelo qual fomos eleitos é o mesmo que o programa de Governo que o Executivo está a realizar e cumprir. Portanto, partilhamos a mesma matriz identitária.

Apesar da boa articulação entre o Governo e a bancada, ouvem-se vozes de alguns deputados que criticam os ministros por estes trazerem ao Grupo Parlamentar pacotes legislativos fechados, não dando margem à participação. Que comentário lhe merecem estas críticas?

O procedimento legislativo deve ser partilhado sem pôr em causa as competências próprias.

Os deputados devem ter uma participação no processo legislativo, mas não governam. Uma informação tempestiva ao grupo e antes do processo de deliberação política estar concluído, é um método que beneficia o Governo, é necessário e é útil. Todavia, enquanto parlamentares

temos um espaço próprio, que é distinto daquele que se prende com a responsabilidade executiva. Mas, nós os deputados somos o interface entre o Executivo, o partido e a sociedade civil, por isso precisamos de ter uma informação consistente e até privilegiada, para podermos cumprir as nossas funções.

Sobre a reforma do Parlamento, já há pontos assentes?

Sobre esta matéria devo dizer que estamos a seguir um calendário que foi definido em conferência de líderes e que prevê a apresentação de propostas até ao final de Abril, o debate em grupo de trabalho na primeira comissão entre Maio e Junho e a deliberação em plenário para Junho e a 15 de Setembro a entrada em vigor. Isto significa que a reforma do Parlamento vigorará já na próxima sessão legislativa.

A modernização do Parlamento é absolutamente essencial. A realidade dos dias de hoje é mediática, sem muito espaço para o exercício reflexivo, e os parlamentos têm vindo a perder a sua prioridade como espaços de debate político central, vencidos muitas vezes pelo imediatismo e a rapidez de outros mecanismos como as sondagens, a televisão e a Internet. Ora, temos que fazer do hemiciclo o lugar onde acontecem as grandes decisões políticas e não só as legislativas. Torná-lo um centro de debate, usando as novas capacidades tecnológicas e abri-lo à sociedade, redefinindo não só actualidade do debate, mas também a sua natureza.

Em suma, há demasiado papel e muito tempo inútil gasto no nosso Parlamento e é por isso que temos um grupo de trabalho, sob a coordenação do deputado António José Seguro, a trabalhar e a percorrer o caminho nos prazos definidos com vista a essa importante reforma

Vê a possibilidade de, no quadro da actual legislatura, haver espaço para uma agenda fracturante, como, em parte, a JS propõe?

Os temas fracturantes – o casamento entre homossexuais, a adopção por casais homossexuais e a eutanásia – não são questões de moda e sim de capacidade da sociedade portuguesa os assumir como necessários para o progresso do país, independentemente das opiniões e opções individuais.

Não podemos tomar iniciativa

parlamentar sobre questões que devem ser sufragadas claramente pela sociedade portuguesa.

Do ponto de vista pessoal, devo dizer que não tenho reserva nenhuma a que se discuta seja o que for, mas a discussão deve ser feita a nível social e não a impulsos individuais, por mais legítimos e bem intencionados que eles sejam.

São esses temas fracturantes matéria para referendo?

Não, não creio que sejam matéria para referendo. Não estão inscritos no nosso programa eleitoral e não temos legitimidade, a meu ver, para inscrevê-los como matérias de resolução legislativa, independentemente da opinião que cada um de nós tem sobre cada um desses temas. Mas acho que, eventualmente e com a ponderação adequada, poderão ser matérias susceptíveis de serem discutidas numa próxima campanha eleitoral.

O pacote legislativo contra a corrupção tem estado, para usar uma expressão popular, “a marinar”. Quando estará pronto este conjunto de leis?

O pacote da corrupção está a seguir o seu processo normal. Sempre dissemos que esta é uma boa causa e importante. Trata-se de uma batalha crucial para a democracia porque a corrupção lhe mina os alicerces. Além disso, esta é também uma matéria inscrita no Programa de Governo e eu próprio me debrucei sobre ela várias vezes em textos, artigos e até num livro que publiquei.

Todavia, o combate à corrupção deve ser feito nos sítios certos e sendo certo que algumas leis precisam de ser criadas no ordenamento jurídico português para este fim, especialmente a responsabilidade penal das pessoas colectivas, o essencial da questão prende-se com a investigação e com a coordenação e eficácia dos meios de investigação.

Vamos aprovar o pacote legislativo contra a corrupção, mas mais do que leis é preciso investigar, acusar e punir. Neste sentido, é preciso que se diga, a Assembleia da República e em particular o Governo têm já feito um trabalho com significado ao definir a corrupção, na lei-quadro da política criminal, como uma das áreas prioritárias da acção penal e ao criar, no âmbito da reorganização da Polícia Judiciária, um depar-

tamento específico de combate à corrupção.

Portanto, a ideia do combate à corrupção é central. O que recusámos na proposta de João Cravinho foi a criação de um crime de enriquecimento ilícito que, na prática, significaria inverter o ónus da prova e o princípio da presunção da inocência, contrariando décadas de combates ganhos na democracia ocidental e pondo em causa valores matriciais do Estado democrático.

Apoiamos, portanto, que se abra um espaço de facilidade para que se faça o que deve ser feito, mas com rigor, isto é, investigação séria, qualificação judicial, procedimento judiciário e penal consistente.

Passando à actualidade política. A última manifestação convocada pela CGTP foi porventura a maior de sempre. Que sinais retira desse acontecimento?

É evidente que não devemos estar alheios aos sinais, e o sinal mais evidente desta última manifestação é de facto a sua grandeza. Isto significa que há espaços sociais descontentes e que temos de avaliar na justa medida esse descontentamento. Não para lhe darmos uma resposta imediatista, mas para analisarmos a sua natureza.

É necessário perceber se a manifestação correspondeu a vontades corporativas estreitas ou se evidenciou a necessidade de darmos uma informação de forma mais constante, mais precisa e mais notória.

Sem querer desvalorizar a manifestação, verifico contudo que a nossa linha política está à margem desse tipo de acontecimentos.

Embora devendo incorporá-los no sentido de prestar maior e melhor esclarecimento à população quanto aos objectivos estratégicos das políticas que estão a ser prosseguidas, o que é realmente importante é dissuadir as razões de fundo das manifestações e deixar claro que o Governo não está a agir em seu benefício próprio, mas em nome de valores centrais da sociedade portuguesa, como são a solidariedade entre gerações, a qualidade do ensino, entre outros.

Está, no fundo, a fazer um balanço positivo da actividade governativa nos últimos dois anos...

Este Governo tem tido, na minha opinião, uma grande coragem e um grande impulso reformista no quadro daquilo que me parece essencial e que se prende com a manutenção do Estado Social.

Aquilo que nos identifica como socialistas é termos um Estado moderno, solidário, em que seja garantido a todos os cidadãos um mínimo vital ao nível da educação, saúde, da protecção social, habitação, cultura e da justiça. O Governo do PS está a trabalhar com dimensão de futuridade.

Por outro lado, temos que manter o nosso Estado Social e fazer o nosso voo de águia, colocando Portugal nos primeiros lugares da Europa, com qualificação, inovação tecnológica e capacidade competitiva.

Esta é a nossa batalha de longo e médio prazos e o que realmente

ALBERTO MARTINS REELEITO LÍDER DA BANCADA SOCIALISTA

Alberto Martins foi reeleito presidente do Grupo Parlamentar do PS com 78 votos a favor, 21 contra, 16 brancos e um nulo.

Após as eleições do passado dia 15, a composição da direcção do GPPS é a seguinte:

Presidente: Alberto Martins; vice-presidentes: Afonso Candal, Ana Catarina Mendes, António Galamba, Helena Terra, Jorge Strecht Ribeiro, José Junqueiro, Manuela de Melo, Manuel Maria Carrilho, Marcos Perestrello, Mota Andrade, Ricardo Rodrigues e Sónia Sanfona.

Quanto ao Conselho Fiscal, Rui Vieira foi eleito presidente e António Ramos Preto e Odete João vogais. **M.R.**



importa é sabermos se estamos no trilho certo, como de facto estamos.

Na actualidade política, deparamo-nos também com o regresso de Paulo Portas e de declarações de Santana Lopes sobre uma possível cisão no PSD. Como está a observar estes sinais que nos chegam da direita?

Os sinais indicam que a direita está muito dividida e a atravessar uma crise de confiança e de liderança. A direita está sem espaço político ao

nível dos seus líderes e das suas ideias programáticas. O regresso de Paulo Portas e as recentes intervenções de Pedro Santana Lopes são exercícios de um regresso de regressados que nunca saíram de coisa nenhuma.

A direita regrediu ao mito sebastiano de terceira geração. É um sebastianismo em ponto pequeno.

Como vê a situação na Câmara Municipal de Lisboa?

Trata-se de uma situação de grande desprestígio para a democracia local e ninguém vê ainda a luz ao

fundo do túnel, parecendo que este não tem de facto saída. Esta crise evidencia que é necessário alterar o sistema de governo das autarquias e o seu modelo político e acho que é uma boa altura para se começar a pensar sobre isso.

Trata-se de uma lei de dois terços. Temos em mãos uma proposta que vai no sentido de responsabilizar fortemente os executivos municipais face às assembleias municipais, visando que haja homogeneidade e responsabilização clara e claramente assumida.

A situação da Câmara Municipal de Lisboa traduz uma morte anunciada. É muito opaca, incrível e muito má para o prestígio da cidade e da sua autarquia.

E que pensa sobre a precipitação das eleições na Madeira?

Alberto João Jardim usou a Lei das Finanças Regionais como pretexto para uma acção plebiscitária de matriz não democrática e nada mais se me oferece dizer sobre isto.

Que valor atribui aos "think thanks" e como vê a relação destes com o Grupo Parlamentar do PS?

Considero que é de toda a vantagem que tenhamos grupos e clubes de pensamento. É preciso não esquecer que algumas das grandes leis que fizemos foram reflectidas e delineadas a montante da nossa bancada, resultando de um trabalho feito por grupos de pensamento.

O diálogo entre os chamados "think thanks" e o Grupo Parlamentar é, a meu ver, fundamental, porque a democracia não pode ser estanque, devendo, a todo o momento, criar mecanismos de inovação, reflexão e de actualização constante.

Assim, a combinação entre a criatividade de espaços de pensamento externos e a capacidade política e legislativa instalada é perfeita, imprescindível e de uma enorme eficácia para o funcionamento das democracias modernas.

“Os sinais indicam que a direita está muito dividida e a atravessar uma crise de confiança e de liderança”

“A situação da Câmara Municipal de Lisboa traduz uma morte anunciada. É muito opaca, incrível e muito má para o prestígio da cidade e da sua autarquia”

APROVADA NOVA LEI DA IVG

A nova lei sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG) foi aprovada, no dia 8 de Março, em votação final global pelo PS, PCP, BE, Verdes e 21 deputados do PSD.

O vice-presidente da bancada socialista Ricardo Rodrigues alertou que a nova lei sobre a IVG não levantou dúvidas de constitucionalidade a nenhum dos grupos parlamentares.

"Registo essa unanimidade. Nenhuma bancada alegou a constitucionalidade da lei e isso apraz-nos registar", afirmou o deputado socialista, no debate que antecedeu a votação da lei.

Depois de aprovada na Assembleia da República, a lei segue para o Presidente da República, Cavaco Silva, que tem um prazo de oito dias para decidir se envia o diploma para o Tribunal Constitucional.

Recorde-se que o projecto de lei conjunto do PS e da oposição de esquerda despenaliza ao IVG

realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas de gestação, mudando uma lei que tem 23 anos, na sequência do referendo de 11 de Fevereiro.

A mulher será obrigada a um "período de reflexão não inferior a três dias" após uma "primeira consulta" em que lhe serão facultadas informações sobre as condições de realização da interrupção da gravidez, as suas consequências e os apoios do Estado à prossecução da mesma.

Este último ponto foi adoptado do projecto alternativo apresentado pelo PSD e obteve os votos favoráveis do PS, PCP, BE, Verdes e de 16 do partido laranja.

A nova lei obrigará ainda os estabelecimentos de saúde a disponibilizar à mulher que deseje interromper a gravidez acompanhamento psicológico e por assistente social.

Políticas para a igualdade vão receber perto de 56 milhões de euros

AS POLÍTICAS de promoção da igualdade de género vão receber do Governo cerca de 56 milhões de euros até 2013, fundos que serão canalizados do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O anúncio foi feito pelo secretário de Estado da Presidência, Jorge Lação, no final do Conselho de Ministros, que aprovou igualmente as linhas de orientação para a elaboração dos novos planos nacionais para a igualdade, contra a violência doméstica e tráfico de seres humanos.

O Governo compromete-se a aprovar este conjunto de planos num prazo não superior a 60 dias, passando-se depois à fase de discussão pública, para de seguida regressarem de novo para aprovação definitiva em Conselho de Ministros.

Lação lembrou que na vigência do III Quadro Comunitário de Apoio, que terminou com a entrada do ano de 2007, as políticas voltadas para esta problemática inscreveram verbas que atingiram os cerca de sete milhões de euros, montante que foi sendo sucessivamente superado, lembrou, até terem atingido aproximadamente os 13 milhões de euros, tendo sido parte desses fundos já canalizados pelo actual Governo.

Com a entrada em vigor do novo programa comunitário QREN, disse o secretário de Estado, as verbas agora substancialmente aumentadas, para os cerca de 56 milhões de euros, no âmbito do programa operacional do potencial humano, permitirão concretizar uma estratégia mais eficaz, célere e efectiva, na melhoria das políticas da igualdade de oportunidades.

No que respeita à elaboração do plano que se deseja de âmbito nacional contra a violência doméstica, disse ainda Jorge Lação, as inovações mais recentes abordam sobretudo a ordem legislativa, nomeadamente através da proposta de revisão do Código Penal.

Lação recordou a este propósito que essa revisão já conduziu “à autonomia de um tipo legal de crime relativo à violência doméstica”, tendo-se criado, paralelamente, como referiu, excelentes “condições para uma melhor prevenção e assistência às vítimas”, assim como se abriu um leque mais amplo de outras condições, tendo em vista “um mais efectivo tratamento social integrador dos próprios agressores” quando eles “carecem dessa integração”.

Discriminação positiva para as mulheres

A propósito deste anúncio por parte do Governo, também a deputada do Partido Socialista Maria de Belém considerou que as desigualdades de género justificam que as mulheres passem a ser beneficiadas



OPINIÃO



VÍTOR RAMALHO
Deputado do PS

É necessário que se diga que o distrito de Setúbal vai ser o primeiro do país a receber avultados investimentos públicos, alguns deles a promover em parceria com investimentos privados

por políticas que tendencialmente as possam discriminar de forma positiva, tendo por isso defendido “políticas públicas neste sentido”.

A ex-ministra da Saúde e deputada do PS falava numa sessão pública, no Parlamento, para assinalar o Dia Internacional da Mulher, lembrando que o país está a percorrer um caminho que levará muito em breve a uma efectiva e autêntica igualdade de género, percurso esse cuja meta, afirmou, “ainda está muito longe”, razão pela qual, em sua opinião, “há ainda um árduo trabalho a fazer”.

Para Maria de Belém, a desigualdade entre homens e mulheres tem de estar sempre a ser combatida e vigiada de muito perto e, paralelamente, a ser sistematicamente objecto de “discriminação positiva”.

O país ainda está muito longe de alcançar os padrões mais desenvolvidos no que respeita a uma efectiva política de igualdade de géneros, disse a deputada socialista, dando a este propósito o exemplo, de entre tantos outros que se poderiam dar, de os ganhos médios das mulheres serem relativamente mais baixos dos auferidos pelos homens.

Também no que respeita às “famílias monoparentais”, outro dos aspectos relacionados com este tema, insistiu Maria de Belém, há que encontrar as soluções mais adequadas, nomeadamente apostando em “avançadas políticas públicas”, que sejam “tendencialmente mais competentes” e capazes de fazerem a ruptura com o statu quo actual, tendo em vista, como defendeu, proceder-se a uma estruturada “discriminação positiva” medida que seja capaz de lutar e de inverter as actuais consequências que se “têm revelado tão graves” para com este tipo de famílias.

Para se ter uma ideia do muito que ainda há a fazer no que respeita à igualdade de género, basta recordar, como o fez a deputada socialista Maria de Belém, e dando com isto um mero exemplo escolhido de forma aleatória, a diminuta taxa de mulheres dirigentes na Administração Pública, considerando este facto “como extraordinário” e algo que “deve ser combatido energeticamente”. **R.S.A.**

O PS, O DISTRITO DE SETÚBAL E O FUTURO

O DISTRITO de Setúbal é um dos mais populosos do país, com uma grande extensão territorial que vai de Sines a Alcochete.

É, por outro lado, um distrito onde, como costume dizer, o coração dos eleitores bate à esquerda.

A regra, nas eleições legislativas, é a do PS vencer de forma muitíssimo clara, em todos os seus 13 concelhos, sem excepção. Assim, também sucedeu nas últimas eleições. No recente referendo sobre a IVG, o distrito teve o melhor resultado nacional, se conjugarmos os votos no “sim” (82 por cento) com a abstenção (51 por cento). Isso não foi indiferente à acção do PS e dos seus militantes.

Sucedem porém que os resultados nas legislativas não têm sido transponíveis para as eleições autárquicas. Nas últimas autárquicas, o PS perdeu três Câmaras – Alcochete, Barreiro e Sesimbra – e por ter ganho só mais uma – Alcácer do Sal – o resultado traduziu-se num forte reforço da CDU, que passou a ter dez câmaras municipais e o PS apenas três – Alcácer, Grândola e Montijo. O BE alcançou cerca de 10 por cento nestas eleições!..., tendo conseguido nas legislativas fazer eleger dois deputados. Sucedeu porém que mesmo nos concelhos em que ganhámos, que foram apenas três, a regra foi a de uma quebra de votos em relação às penúltimas autárquicas. Em Setúbal, capital do distrito, passámos mesmo a terceira força, atrás do PSD, para quem perdemos votos. Nos outros concelhos essa perda foi para o BE.

Daqui resulta uma óbvia consequência – o eleitorado dá-nos confiança para governarmos o país, mas não no-la dá, nos mesmos termos, para a governação autárquica no distrito.

É necessário aprofundarmos a análise que levou a este estado de coisas. E é necessário porque só através de uma análise correcta se poderá inverter a situação, reforçando no distrito o poder autárquico para o PS. Esse reforço é muito importante para o PS, para os cidadãos eleitos e para o país. Sobretudo para o futuro. E isso está nas nossas mãos. Os riscos serão múltiplos se não concentrarmos esforços para esse objectivo. Não nos podemos esquecer que as próximas eleições legislativas serão muito chegadas às autárquicas senão mesmo realizadas em simultâneo.

Porque são as ideias que em política tudo comandam, é um erro procurarmos as causas dos desaires nas autárquicas nos perfis dos candidatos que temos apresentado. Analisarmos desta forma a realidade só serve para fulanizarmos a concepção da política, confundirmos a árvore com a floresta, e contribuímos para a nossa própria divisão. Não consta que o PS apresente candidatos para perder. Devemos partir do princípio que os candidatos socialistas foram sempre os que, em cada conjuntura e como regra, se apresentaram como os melhores.

Se esta é a realidade – e é – todos, a começar pelos mais responsáveis, devemos fazer um sério esforço, de humildade, para abordarmos a estratégia do futuro para as próximas autárquicas de forma completamente diferente.

Em primeiro lugar, acreditando em nós, com uma estratégia global, que seja compreendida pelos eleitores e que se oponha à da CDU. A CDU está, de forma crescen-

te, a descredibilizar-se, mas é necessário que seja o PS a promover essa exploração assumindo-se como partido de esquerda democrática que é, e opondo o projecto da CDU ao nosso, sem cedências à direita que nos descaracterizam.

É importante que denunciemos reiteradamente o desrespeito que a CDU manifestou perante os eleitores de Setúbal, impondo a renúncia ao ex-presidente da Câmara Carlos Sousa e ao vereador Aranha Figueiredo, renúncias essas que se fundamentaram, de facto, no descalabro financeiro da gestão autárquica. Para se ter a noção desse descalabro é útil que se diga que o endividamento da Câmara é o dobro do que foi deixado por Mata Cáceres, apesar da CDU ter efectuado há três anos um acordo de reequilíbrio financeiro com o Governo do PSD. Nada, absolutamente nada de estruturante foi feito na Câmara de Setúbal pela CDU. A situação financeira das Câmaras do Seixal e de Sines nada ficam, por outro lado, a dever à de Setúbal, com a agravante do Seixal ter hoje mais população que Almada, num crescimento que é suportado por forte desordenamento do território, de extrema gravidade. Visitar Santa Marta de Corroios servirá de exemplo ao que afirmo.

Acresce que a Câmara da Moita se prepara para rever o PDM, com o intuito de duplicar a população do concelho, num quadro de flagrantes atropelos à lei como os residentes da Várzea da Moita têm feito eco. Este quadro não teve até ao presente qualquer projecto enquadrador dos chamados concelhos do arco ribeirinho, em particular dos projectos que articulem os terrenos e os objectivos da Siderurgia Nacional (Seixal) com os da Margueira (Almada) e da Quimiparque (Barreiro).

A qualidade de vida e a sustentabilidade não são nem têm sido conceitos que entram na visão da CDU.

A esta ausência de perspectiva há que contrapor o projecto do PS e em concreto nos concelhos onde somos poder, como Grândola, Alcácer do Sal e Montijo. Nos próximos dez anos Grândola e a sua península de Tróia terão o maior desenvolvimento turístico de sempre. Os investimentos em causa, privados, deveriam ser articulados com os da cidade de Setúbal, mas neste nada existe de concreto. O próprio programa Pólis está parado.

É necessário que se diga que o distrito de Setúbal vai ser o primeiro do país a receber avultados investimentos públicos, alguns deles a promover em parceria com investimentos privados – a plataforma logística do Poceirão, em Palmela, a nova máquina para a Portucel em Setúbal, o avanço do metro ao sul do Tejo, os equipamentos da Galp em Sines, para só falar em alguns.

O PS não pode nem deve agora desfalecer nem cruzar os braços. O futuro, a ser construído com um projecto claro e sustentado com um ideário, que atenda aos mais desfavorecidos, e ao mundo do trabalho – o que para o distrito nunca é de mais sublinhar – depende exclusivamente de nós, ou seja, da unidade que soubemos forjar e construir, da atracção dos mais capazes e de uma mais íntima e consequente relação com a sociedade envolvente. Não duvido que seremos capazes!

Porque disso depende o futuro.

GOVERNO PROMETE AUMENTAR VIGILÂNCIA DA GNR NAS ESTRADAS SECUNDÁRIAS

O FIM da Brigada de Trânsito (BT) vai levar a um “reforço da vigilância” nas estradas secundárias para fazer face à sinistralidade rodoviária nessas vias, afirmou o subsecretário de Estado da Administração Interna, Rocha Andrade.

Nesse sentido, o fim da BT como “estrutura autónoma” dentro da GNR vai colocar os meios existentes ao serviço de cada comando distrital que os irá gerir “de acordo com as necessidades do território”.

Esta solução vem “consagrar finalmente a integração da BT na GNR”, permitindo uma “maior flexibilidade e eficiência” na utilização dos meios, sublinhou Rocha Andrade durante a apresentação de mais uma edição da campanha distrital de prevenção rodoviária “Vamos Parar com Isto!”, organizada pelo Governo Civil de Leiria.

Em cada distrito, adiantou, “todo o dispositivo da Guarda fica na disponibilidade do comandante distrital”, possibilitando soluções de vigilância mais eficazes de algumas vias onde sucedem mais acidentes.

“Não é uma questão de despesa, mas sim operacional, que justifica a integração dos meios da BT na GNR”, explicou Rocha Andrade.

“Extinguir a BT não significa extinguir a especialidade do trânsito na GNR”, acrescentou o subsecretário de Estado, salientando que vão existir indicações para uma maior vigilância e controlo do trânsito nas vias onde ocorrem mais acidentes os itinerários

complementares e secundários.

“É aí que está o nosso maior problema na sinistralidade” e o combate só será vitorioso se “conseguirmos meios mais próximos das populações e sob o comando da Guarda”, disse, sublinhando que, por outro lado, as auto-estradas são das “vias mais seguras” como o prova o baixo número de acidentes e mortos.

Na apresentação da campanha, que vai envolver as escolas do distrito e autarquias, o governador civil, José Miguel Medeiros, anunciou que o maior ponto negro da sinistralidade da região – o IC2 – será objecto de um estudo técnico para avaliar a sinalização existente.

O diagnóstico e o relatório final deste estudo técnico sobre as “condições de sinalização e segurança” serão realizados pelo Laboratório de Transportes e Informações Geográficas da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.

Os dados recolhidos em 2006 “demonstram que a via apresenta níveis de utilização elevados em toda a sua extensão”, pelo que o Governo Civil e as autarquias da região pretendem “compatibilizar todas as funções da infra-estrutura com a segurança dos automobilistas através da sinalização adequada ou da alteração das suas características”.

O objectivo final, adiantou o governador civil, “é a implementação e monitorização das medidas propostas, garantindo-se uma sinalização mais adequada e uma via mais segura para os automobilistas e restantes utilizadores”.

REFORMA DA SEGURANÇA INTERNA BENEFICIARÁ PJ

A CRIAÇÃO do Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI) melhorará o funcionamento da Polícia Judiciária (PJ), quer numa óptica de eficiência interna, quer na articulação com o sistema europeu e internacional, afirmou o ministro da Justiça, no final do Conselho de Ministros, que aprovou a resolução sobre as opções fundamentais do novo SISI.

Segundo Alberto Costa, a criação do SISI “é a orientação do Governo para a introdução das melhorias que são necessárias no sistema de segurança interna em Portugal”. E adiantou que “essas orientações vão ser implementadas através de leis da Assembleia da República esperamos com largo consenso e representarão um grande contributo para a modernização do sistema de segurança nacional”.

O ministro da Justiça disse que serão introduzidas melhorias “quer

numa óptica interna de coordenação e maior eficiência entre serviços, quer numa óptica externa de articulação com o sistema europeu e internacional”.

Alberto Costa referiu-se também ao Conselho Superior de Investigação Criminal, sublinhando que se trata de um órgão já existente, mas em que o primeiro-ministro não preside e que não conta com a presença do procurador-geral da República. Aspectos que, realçou, “foram agora alterados pelo Governo”.

“Pretendemos dar maior força a este órgão, que fica habilitado a orientar, fornecer instruções e articular os vários órgãos de polícia criminal. Portugal tem vários órgãos de polícia criminal e isso não é necessariamente um mal, desde que existam procedimentos e instruções face a essa diversidade”, acrescentou.

Melhoramentos em 125 esquadras e três mil novas viaturas



REESTRUTURAÇÃO DA GNR E PSP

A substituição ou reabilitação de 125 postos e esquadras, três mil novas viaturas e modernização tecnológica com Internet em banda larga, no âmbito de um investimento de 427 milhões de euros nos próximos cinco anos. Estas foram algumas das medidas apresentadas pelo ministro da Administração Interna, António Costa, durante a cerimónia realizada para anunciar as “opções fundamentais” da reestruturação da GNR e PSP.

FALANDO na sessão que decorreu no Parque das Nações, em Lisboa, António Costa realçou as “três áreas de investimento especialmente importantes” que serão desenvolvidas nos próximos anos nas forças de segurança.

O Ministério da Administração Interna (MAI) propõe-se apresentar em Abril, na Assembleia da República, uma proposta de Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança.

“Esta lei visará o planeamento de investimentos em instalações, veículos, comunicações, sistemas de informação e armamento e outros meios para um horizonte de cinco anos, de 2008 a 2012, envolvendo um montante de mais de 400 milhões de euros”, disse o ministro da Administração Interna.

António Costa adiantou que os investimentos programados “não terão impacto acrescido no défice orçamental”, já que “um terço deste reforço será compensado com a alienação de instalações e dois terços resultarão da poupança com a não incorporação de novos guardas e polícias durante dois anos”.

O MAI realça como áreas de investimento “a substituição ou reabilitação da totalidade dos 125

postos e esquadras classificados em mau estado e a renovação da frota de patrulha com a substituição ao longo dos próximos cinco anos de cerca de três mil viaturas de ambas as forças”.

De destacar, no âmbito da reforma do sistema de segurança interna e das forças de segurança, “a modernização tecnológica das forças com ligação em banda larga de todos os postos e esquadras e dotação de todas as patrulhas com os meios de tecnologia de informação”.

No quadro da reorganização territorial das forças de segurança, a substituição ou reabilitação de instalações da GNR ocorrerá nos Comandos de Braga, Coimbra, Guarda e Sintra, além de mais de 66 novos postos.

Quanto à PSP, a substituição e

reabilitação de instalações abrangem os Comandos dos Açores, Beja, Braga, Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Viana do Castelo, assim como mais de 48 novas esquadras.

Está igualmente prevista a “renovação total” de instalações da PSP nas cidades de Lisboa e Porto, uma antiga reivindicação das organizações sindicais da corporação.

A reforma das forças de segurança será implementada através de algumas medidas consideradas pelo MAI como “essenciais”, como “combate à situação de freguesias partilhadas entre a GNR e a PSP, que ficarão limitadas apenas aos casos excepcionais, decorrentes de elementos naturais, vias de comunicação ou por descontinuidade física do território”.

Outra medida será a reorganização do Comando-Geral e das unidades da GNR, passando, nomeadamente, pela extinção das brigadas territoriais, de trânsito e fiscal. Está, no entanto, garantida a continuidade da “especialização técnica” dessas unidades.

Segundo sublinhou António Costa, a “racionalização” das forças de segurança “permitirá libertar 4800 efectivos para a actividade operacional, ao mesmo tempo que 1800 postos de trabalho em funções de suporte poderão ser ocupados por funcionários civis no quadro da mobilidade no interior da Administração Pública”.

A reforma do sistema de segurança passa ainda, tal como já havia sido anunciado no Parlamento pelo primeiro-ministro, José Sócrates, pela criação de um secretário-geral da Segurança Interna e das Forças de Segurança.

427

milhões de euros

É o investimento previsto nos próximos cinco anos para as forças de segurança

Criação de centro hospitalar potencia melhores cuidados de saúde

PS/MACEDO DE CAVALEIROS CONSIDERA

O PS/MACEDO de Cavaleiros congratulou-se com o recente acordo assinado entre o Ministério da Saúde e a autarquia, classificado agora “por todos” como “excelente”, lembrando que ele “só foi possível por existir o centro hospitalar, por vontade do Governo e pelo empenho do PS junto deste”.

Em comunicado, a Concelhia do PS considera que por isso “andaram pessimamente aqueles que, precipitadamente, contestaram tudo o que foi proposto e garantido pelos socialistas, nunca tendo tido, enquanto Governo, a capacidade necessária para melhorar as condições efectivas da saúde em Macedo, no distrito e no país”.

Os socialistas sublinham que sempre defenderam que “a criação do centro hospitalar potenciaria mais e melhores cuidados de saúde para Macedo e toda a população do distrito”, frisando que, ao invés, “as restantes



forças partidárias e os seus autarcas, por razões táticas, de populismo e demagogia, não acompanharam o PS e optaram pela agitação popular”.

No que respeita a Macedo, o comunicado refere ainda que “o PS sempre afirmou com veemência e repetidas vezes, pela voz dos seus dirigentes distritais, que a urgência do hospital não encerrava” e ainda que “ficaria

a ganhar com a reestruturação em curso, enquanto o poder autárquico dizia que não, mentia aos macedenses e orquestrava a agitação”.

Perante os factos, os socialistas macedenses reafirmam que “é com muito orgulho e redobrada alegria” que constatarem que “o Governo cumpriu”, “o PS tinha razão” e “o hospital e a população ficam a ganhar”. J.C.C.B.

Vereador do PS propõe rede comum de transportes para Póvoa e Vila do Conde

A CRIAÇÃO de uma rede de transportes intermunicipais, concessionada, para servir os 150 mil habitantes dos concelhos da Póvoa de Varzim e Vila do Conde, foi uma proposta avançada pelo autarca socialista João Sousa Lima às duas autarquias.

O vereador do PS da Póvoa de Varzim disse que avançou com a proposta porque a linha vermelha do metro (Porto-Póvoa) “apenas resolve 20 por cento dos problemas de mobilidade” dos dois municípios.

Um inquérito à mobilidade, do Instituto Nacional de Estatística, revelou que 80 por cento das deslocações destas 150 mil pessoas ocorrem dentro do eixo Póvoa/Vila do Conde.

O Metro do Porto serve as deslocações para sul, “mas não tem qualquer conexão devidamente articulada com o que se passa para norte do centro urbano e para o interior”, explicou João Sousa Lima.

Uma lacuna que, segundo o autarca do PS, não é preenchida pelos operadores privados com carreiras nos dois concelhos.

“A menos que usem meios de locomoção próprios, os residentes nas freguesias do litoral norte e do interior também não dispõem de qualquer interface devidamente articulado com o Metro do Porto”, salientou.

Talvez por isso, os indicadores de mobilidade disponíveis permitem perceber que só oito por cento dos habitantes da região usam o transporte público. Uma percentagem que representa menos metade da verificada no conjunto da Área Metropolitana do Porto (19 por cento), a que os dois municípios pertencem.

Segundo João Sousa Lima, a



criação de uma rede intermunicipal de transportes retoma, em novos moldes, uma ideia equacionada há três anos pelas duas autarquias e entretanto abandonada.

“Os encargos para os dois municípios eram pesados. Mas a nossa abordagem é outra. Propomos que as autarquias se limitem a definir o modelo de exploração e a concessionar o serviço”, disse.

Entretanto, o PS leva a cabo este mês um ciclo de debates sobre esta matéria, que tem como objectivo

O QUE É O PROJECTO BOLINA?

É uma reflexão desenvolvida pelos vereadores da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim eleitos nas listas do PS com a colaboração do Grupo de Urbanismo e Mobilidade do PS-Póvoa, estruturada sob a forma de projecto, a partir de estudos conhecidos e de experiências realizadas noutras cidades

realizar “uma reflexão estruturada” a partir de estudos conhecidos e de experiências realizadas noutras cidades portuguesas de média dimensão.

Serão ouvidos os testemunhos de representantes das autarquias de Évora e Vila Real, onde, segundo João Sousa Lima, diminuiu o trânsito automóvel no casco urbano devido à criação de redes de transportes urbanos concessionados.

Para ajudar ao debate, o PS preparou o projecto “Bolina”, que faz um ponto da situação sobre mobilidade no eixo Póvoa/Vila do Conde e propõe três medidas.

Além da criação de um serviço de transportes públicos urbanos intermunicipal, o “Bolina” propõe a elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável e a criação de uma linha azul com park&ride (um só bilhete para pagar estacionamento e viagem), para articulação dos parques periféricos com o metro e o centro das duas cidades.

“Este não é um trabalho acabado. Serve de base a uma reflexão, a um debate e à recolha de contributos para a construção da proposta final”, referiu João Sousa Lima.

DAVID MARTINS ELEITO PARA A ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS DE TURISMO

A ASSOCIAÇÃO Nacional de Técnicos de Turismo (ATT) reuniu em assembleia geral, tendo na ocasião empossado os novos órgãos dirigentes e aprovado o plano de acção da associação para 2007/08.

Os responsáveis agora eleitos serão liderados por David Martins, na presidência da mesa da assembleia geral, Luís Coito, na presidência do Conselho Fiscal e por Paulo Carraça, na presidência da direcção.

Do conjunto de objectivos estratégicos a prosseguir e anunciados pelos novos responsáveis pela ATT, destaque, entre eles, para o trabalho que se quer empreender tendo em vista a necessária afirmação da associação enquanto estrutura profissional de âmbito nacional, mas também dotar os quadros da organização com um plano anual de formação profissional, assim como munir a associação com os meios mais adequados tendo em vista uma melhor articulação com o meio académico, criando deste

modo, dinâmicas com as instituições do ensino com formação superior em turismo.

Mas outros objectivos serão igualmente prosseguidos, como é o caso, por exemplo, da dinamização do diálogo com a tutela a par com os diversos órgãos vocacionados para a promoção do turismo, como é o caso, entre outras, das associações empresariais do sector. O que se pretende, neste particular, referem os novos dirigentes da ATT, é potenciar o valor dos quadros superiores formados em turismo.

Finalmente, um outro objectivo integrante da nova estratégia, passa por proceder a uma efectiva e importante recolha e divulgação junto dos quadros superiores de turismo, de toda a informação técnica essencial disponível, perspectivando um mais adequado desenvolvimento da actividade, quer no domínio da investigação, quer prestando também um serviço mais de acordo com as necessidades do sector. R.S.A.



PORTALEGRE MANTÉM ESCOLA DA GNR

A COMISSÃO Política do PS de Portalegre congratula-se com a opção do Governo por este ter decidido construir na cidade novas instalações destinadas à formação dos profissionais da GNR.

A este propósito, os socialistas de Portalegre lembram que foi por iniciativa de um Governo do PS que a Escola Prática da GNR aqui foi instalada, era na altura ministro da Administração Interna, Eduardo Pereira.

A opção do Executivo chefiado

por José Sócrates, por um lado, de proceder à reestruturação das forças de segurança, e, por outro lado, de manter em Portalegre a Escola Prática da GNR, apostando na construção de novas instalações, reveste-se, sobretudo no que respeita ao segundo ponto, e na perspectiva do PS/Portalegre, de um significado muito grande para todo o distrito, dado tratar-se de um “investimento estruturante de âmbito nacional e localizado na nossa região”. R.S.A.



PS/Leiria lança campanha pela natalidade

A COMISSÃO Política do Partido Socialista de Leiria está a lançar um conjunto de debates públicos, depois do referendo abordando a despenalização do aborto, abordando os diversos tipos de auxílios e de apoios que as famílias têm ao seu alcance como forma de ampliarem os índices de natalidade em Portugal e na região em particular.

Sob o lema “O país precisa que façamos mais filhos, como ajudar a tratar deles”, o PS de Leiria quer pôr na ordem do dia uma discussão em torno de um conjunto de políticas públicas que possam servir para melhor auxiliar as famílias a terem mais filhos de forma consciente a apoiada.

Para João Paulo Pedrosa, presidente da Federação do PS de Leiria, pretende-se que estes encontros extravasem os limites partidários, e possam contar com uma “larga maioria da sociedade leiriense”, razão pela qual o convite foi estendido também à participação da Igreja Católica.

Para além deste tema, o PS/Leiria pretende ainda nestes encontros debater e analisar a forma como são tratados os idosos na sociedade actual.

Os resultados do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG) representaram para os



socialistas deste distrito um sinal bastante animador, constituindo este assunto, como defendem, “uma matéria civilizacional”, uma questão de saúde pública e uma “questão de cidadania da maior importância”.

Para João Paulo Pedrosa, a vitória do “sim” no distrito de Leiria,

onde há oito anos, como lembrou, o “não” tinha ganho, é uma “demonstração inequívoca” de que a população do distrito entendeu que a penalização do aborto até às dez semanas não combate o aborto clandestino, não salvaguarda a saúde da mulher, “nem tão pouco fomenta a maternidade consciente”.

População europeia está a envelhecer

A Europa e Portugal em particular vivem, de há muito, uma grave crise de natalidade. No caso português a situação é ainda mais grave dado que Portugal é, neste momento, o país com a mais baixa

taxa de natalidade de todos. As mulheres portuguesas têm em média 1,4 filhos, ao passo que a França tem cerca de 2, a Irlanda 1,88, a Finlândia, a Dinamarca e o Reino Unido, todos com 1,8. Por estes dados, é fácil constatar que Portugal não assegurará a renovação de gerações (nascem cerca de 60 mil bebés a menos por ano) enquanto o envelhecimento da população vai aumentando exponencialmente, existindo já hoje cerca de 110 idosos por cada 100 jovens até aos 14 anos.

A continuar assim, sem que haja um aumento muito significativo da natalidade, daqui a 50 anos a população portuguesa poderá diminuir até aos 7,5 milhões de habitantes quando, por exemplo, para suportar as pensões de reforma do pensionistas, ao ritmo de envelhecimento actual, precisaríamos de 32 milhões de habitantes.

Para João Paulo Pedrosa, apesar das modificações que se vão dando nos limites da idade da reforma, assim como no aumento muito significativo do número de emigrantes, “inevitável e desejável num cenário destes”, esta situação da natalidade em Portugal, defende, “surge como totalmente inaceitável”, representando mesmo, como sublinha, um verdadeiro “terramoto na estrutura do país como nação e como Estado viável”. R.S.A.

PS/PENAMACOR TEM NOVA SEDE

TEVE lugar no passado dia 10 a cerimónia de inauguração da nova sede do PS/Penamacor, que contou com presença de cerca de 50 militantes, entre os quais o presidente da Federação de Castelo Branco, Joaquim Morão, o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, os deputados Jorge Seguro, Vítor Pereira e Hortense Martins, e o líder da Concelhia de Idanha-a-Nova, Álvaro Rocha

Segundo o secretário-coordenador

da Secção, Porfírio Silva, a nova sede, um espaço reconstruído, amplo e acolhedor, bem no centro da vila, “é muito importante, já que permitirá reactivar a actividade do partido, pois nestas novas instalações poderemos reunir, confraternizar, no fundo termos melhores condições para desenvolver o nosso trabalho”.

Para além disso, adiantou, a nova sede permitirá também “dinamizar a Juventude Socialista, que tem uma larga tradição em Penamacor”. J.C.C.B.



DFMS da Guarda assinalou Dia Internacional da Mulher

A CAMPEÃ olímpica Rosa Mota participou como convidada num jantar comemorativo do Dia Internacional da Mulher organizado pelo Departamento Federativo das Mulheres Socialistas (DFMS) da Guarda.

A seguir ao jantar, que decorreu num clima de grande unidade e confraternização, as cerca de 300 mulheres socialistas puderam ainda assistir a uma peça de teatro e dar um pezinho de dança num animado baile que terminou já noite dentro.

Além disso, as participantes foram ainda presenteadas com uma pequena lembrança autografada por Rosa Mota.

Segundo a presidente do DFMS da Guarda, Olga Marques, o jantar teve como objectivo “juntar, num dia especial, todas as mulheres, independentemente do quadrante político, de forma a mostrar, mais uma vez, que o PS é um partido abrangente e democrático, o que foi plenamente conseguido”.

Olga Marques referiu ainda



que esta e outras iniciativas “visam um distrito mais plural e com ‘um sexto sentido’, capaz de eliminar certos dogmas ainda

existentes na sociedade em que vivemos, contribuindo assim para a participação activa das mulheres na sociedade civil”. J.C.C.B.

Formação vai generalizar 12º ano como patamar mínimo de qualificação

O GOVERNO celebrou um acordo com os parceiros sociais, excepto a CGTP, para a reforma do sistema de formação profissional, que vai traçar as orientações para a aplicação de 6,1 mil milhões de euros, 37 por cento do total das verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) destinadas à qualificação no período 2007-2013.

No final da reunião da concertação social em que foram concluídas as negociações que decorreram nos últimos meses, o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhou que a formação é “uma questão estratégica para o país nos próximos anos”, acrescentando que “a qualificação é importante para a economia, empresas e trabalhadores”.

O primeiro-ministro, que se encontrava acompanhado pelo ministro do Trabalho e Solidariedade Social e pela ministra da Educação, destacou como pontos fundamentais do acordo o 12º ano como “patamar mínimo de qualificação”, a dupla certificação, profissional e escolar, o cheque de formação e o Catálogo Nacional de Qualificações, “uma peça fundamental para a formação dos activos”. Sócrates adiantou ainda que o sistema vai ser objecto de uma rigorosa avaliação durante a sua execução.

“Estão acordadas as orienta-



ções para a política de formação mas resta a sua execução”, disse, acrescentando que “o acordo é importante para a execução desta política tendo em conta que envolve todos os parceiros na execução das políticas agora definidas”.

José Sócrates salientou que a CGTP, apesar de não ter assinado o acordo, manifestou concordância genérica sobre os pontos acordados.

Para o primeiro-ministro, o aumento de 26 para 37 por cento do investimento na formação profissional, no âmbito do QREN, foi um dos factores cruciais para na obtenção deste acordo com a maioria dos parceiros.

Segundo o acordo, em 2010 as vias profissionalizantes do ensino

secundário deverão representar 50 por cento da oferta total e até essa data deverão abranger 650 mil jovens. Quanto à certificação de competências adquiridas ao longo da vida, o objectivo qualificar um milhão de activos até 2010 e envolver 2.175.000 adultos em formações certificadas entre 2007 e 2013.

A formação dos empresários vai ser também uma realidade, estando previstas acções que envolverão no mesmo período 35 mil pequenas e médias empresas.

De salientar que este acordo de concertação social com o Governo do PS segue-se a outros firmados no final do ano passado, como o da reforma da Segurança Social e o do salário mínimo nacional.

OPINIÃO



FERNANDA ASSEICEIRA
Deputada do PS

Só uma visão integrada e sustentada, com políticas transversais, pode contribuir para combater um problema que é simultaneamente social e escolar

A SEGURANÇA NAS ESCOLAS

“OS PRINCÍPIOS gerais e organizativos do sistema educativo português, enunciados na Lei de Bases do Sistema Educativo, visam promover a assiduidade, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a efectiva aquisição de saberes e competências”.

A vida nas escolas reflecte a vida da sociedade em que se insere, tendo a escola a digna mas difícil missão de, com uma realidade social desigual e complexa, garantir o pleno exercício do direito à educação consagrado na Constituição da República Portuguesa.

A preservação de um ambiente favorável ao normal funcionamento da escola é tarefa prioritária de todos os agentes que intervêm no projecto educativo e comunitário, sem demissão de ninguém, mas com responsabilidade partilhada de todos.

Compreender a indisciplina e prevenir a generalização da violência nas escolas exige uma atenção permanente às múltiplas causas que estão na sua origem.

Só uma visão integrada e sustentada, com políticas transversais, pode contribuir para combater um problema que é simultaneamente social e escolar.

O reforço da intervenção local quer ao nível das escolas como de toda a comunidade é fundamental, salientando a importância de uma actuação pró-activa, pedagógica e preventiva.

Vários são os programas e iniciativas que já se desenvolvem nesse sentido, prosseguindo objectivos de parceria, de integração e de coesão social, para a melhoria de resultados sociais e escolares: o Programa Escolhas; a Prevenção Primária das Toxicodependências; os Conselhos Municipais de Educação; as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens; o Programa Escola Segura; a Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos; o Programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; a Iniciativa Novas Oportunidades.

Também a organização da vida das escolas e a regularidade do seu funcionamento tem constituído uma preocupação prioritária do XVII Governo Constitucional.

O facto de ser reconhecida a importância de analisar cientificamente toda a informação recolhida, para melhor compreender a origem dos conflitos e sobretudo para melhor poder apoiar as escolas nas suas intervenções, levou à criação pelo Ministério de Educação de duas importantes estruturas:

1 - O Observatório de Segurança em Meio Escolar que tem como objectivos: desenvolver métodos para a monitorização e avaliação da segurança nas escolas; recolher informação e constituir uma base de dados de natureza não pessoal e; produzir indicadores adequados ao conhecimento das situações de insegurança e violência nas escolas.

2 - A Equipa de Missão para a Segurança Escolar, que tem como finalidade principal a concepção, desenvolvimento e concretização de um sistema de segurança nas escolas, trabalhando em articulação permanente com o Observatório e com o Programa Escola Segura.

Na Assembleia da República, a Comissão de Educação Ciência e Cultura no passado mês de Janeiro, aprovou a constituição do grupo de trabalho: a Violência nas Escolas, com o mandato de apresentar um relatório final sobre todo o trabalho desenvolvido e que pode incluir iniciativas políticas e/ou legislativas sobre a problemática em apreciação, grupo de trabalho que coordene e que concretizou já um conjunto de actividades que se revelaram de grande interesse para o objectivo a atingir.

É a nossa forma de estarmos presentes, na construção do caminho que falta percorrer, para apoiarmos as escolas a serem efectivamente os espaços privilegiados de aprendizagem, de liberdade, de convívio, de cidadania e de segurança que no dia-a-dia procuram ser.

PS abre Secção em Londres

O PARTIDO Socialista criou a sua primeira secção no Reino Unido, em Londres, num encontro que contou com a presença de mais de duas dezenas de militantes e simpatizantes. O coordenador interino da Secção, até à aprovação do novo regulamento das secções do PS no estrangeiro, é o camarada Januário Lourenço, um jurista que vive em Londres.

No encontro, que teve a participação da deputada Maria Carrilho e do director do Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Paulo Pisco, foram enunciados os principais objectivos da actividade política que a Secção irá desenvolver, designadamente no sentido de promover a coesão da comunidade e incentivar a sua intervenção a nível local.

“A abertura desta Secção assume particular relevância em virtude da vasta, diversificada e jovem comunidade portuguesa que existe naquela cidade”, afirmou Paulo Pisco.

Neste contexto, ficou decidido, numa reunião ocorrida dia 4 com o deputado trabalhista Peter Boywer, eleito pela circunscrição de Stockwell, onde existem cerca de 30 mil portugueses, que no final de Maio se realizará um encontro



entre vários responsáveis locais do Partido Trabalhista e portugueses em representação de algumas circunscrições onde a comunidade reside em maior número.

O principal objectivo é envolver mais a comunidade portuguesa nas actividades cívicas e políticas desenvolvidas pelo Partido Trabalhista, em colaboração com a novel Secção do PS em Londres.

A organização deste encontro terá o apoio das estruturas nacionais do PS e do Partido Trabalhista.

De salientar que a cidade de

Londres conheceu nos últimos três anos um fluxo migratório elevado de nacionais oriundos de vários países extracomunitários e também da União Europeia, particularmente de Portugal, nos anos de 2003 e 2004.

Desta deslocação de Paulo Pisco e Maria Carrilho à capital britânica, destaque também para uma visita ao Consulado-Geral de Portugal em Londres, e para as visitas às associações Porto of London, ao Centro Desportivo e Cultural Português e à Associação Cultural e Desportiva Lusitana.

OPINIÃO

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

MARIA SANTOS
Membro da Comissão Nacional

O Governo insiste, claramente, numa "nova urgência" política: o reformismo ambiental

AO INSCREVER, no primeiro debate mensal de 2007, na Assembleia da República, um tema de cariz eminentemente ambiental, o primeiro-ministro sinalizou duas premissas políticas de inquestionável actualidade, a de que o ambiente é uma prioridade da sua agenda governativa e a de que o combate às alterações climáticas é uma aposta programática.

Esperava, muito sinceramente, que os partidos da oposição, pelo menos num assunto que exige de todos nós uma clara assunção de responsabilidades (individuais e colectivas), tivessem tido a "coragem política" de se unirem em torno deste momentoso combate, deixando de lado um certo "egocentrismo partidário". A temática em apreço era (é) demasiado séria, para servir de "bola de arremesso" entre a maioria e a oposição! Esquecer que por detrás deste grave problema ambiental se esconde, verdadeiramente, um problema de sociedade à escala global, é querer perpetuar uma mentalidade política marcadamente desajustada das exigências do mundo moderno.

Estamos perante uma das mais graves ameaças reais ao desenvolvimento socioeconómico e segurança dos países, que é preciso travar a todo o custo! Há mesmo quem afirme até que "as alterações climáticas são uma ameaça maior que o terrorismo"!

De facto, os fenómenos climáticos a que temos vindo a assistir nos últimos anos – secas extremas, subida do nível do mar, inundações, furacões – e os seus inúmeros impactos negativos na vida das populações ou os consequentes custos económicos que lhes estão associados, exigiriam dos agentes políticos de todos os quadrantes, uma acção mais determinada, vigorosa e cooperante.

Por isso, foi com alguma perplexidade que assisti a um debate parlamentar que – esquecendo a essência da problemática em análise – se virava constantemente para a dita "política corrente", também importante, sem dúvida, mas passível de outro agendamento. Aliás, mesmo aqueles que, recorrentemente, demandam mais tempo para as discussões sobre políticas públicas de ambiente, remeteram-se ao papel de "velhos do Restelo", refugiando-se num "discurso ideologicamente taticista", incapazes de reagir às novas medidas e metas apresentadas pelo Governo, destinadas a dar um novo impulso às políticas de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Ao anunciar um calendário mais ambicioso para as energias renováveis, ou seja, aumentar a produção de "energia limpa" para 45 por cento até 2010; proceder ao encerramento da Central de Tunes (gasóleo) e de "dois grupos" da Central do Carregado (fuel), em 2008; desactivar a Central do Barreiro, em 2010, e adoptar um regime de funcionamento zero para as restantes centrais, ou reforçar a ponderação ambiental no imposto automóvel, entre outras, o Governo insiste, claramente, numa "nova urgência" política: o reformismo ambiental!

A recente visita de Al Gore a Portugal na condição de um dos mais qualificados activistas da luta contra o aquecimento global e as suas catastróficas consequências e/ou a projecção do seu documentário sobre "Uma Verdade Inconveniente", fizeram soar, também, muitas "campainhas de alarme"!

Pudemos, assim, assistir a um "debate público" sobre alterações climáticas, protagonizado por um conferencista, cujo discurso é extraordinariamente mobilizador! Muito assertivo e enérgico na defesa das suas convicções, Al Gore alia uma personalidade e um carácter pautados pelo entusiasmo e por uma corajosa frontalidade. Conheci-o quando ambos integrávamos a Globe – Organização Global de Parlamentares para a Defesa do Ambiente. Já nessa altura Al Gore fazia uma abordagem muito consistente, do ponto de vista político e científico, da "crise ambiental à escala global". Aliás, um dos seus primeiros livros, "Salvar o Planeta Terra" (1993) é bem ilustrativo da postura combativa e espírito visionário do autor. Ao propor, então, um novo "Plano Marshall", desta vez de cariz ecológico, fazendo "da defesa do ambiente um valor iminentemente humanista", Gore revelava, igualmente, uma dimensão moral e filosófica, muito próprias. A sua mensagem é, por isso, acima de tudo, um apelo à vida!

Finalmente, permitam-me sinalizar a importância da decisão do Governo de proceder à distribuição do filme "Uma Verdade Inconveniente", pelas escolas. Outra coisa não seria de esperar!

Nota: O Conselho Europeu, que reuniu este mês, adoptou um Plano de Acção de combate às alterações climáticas, que estabelece como meta vinculativa 20 por cento de produção da energia renovável, até 2020. O primeiro-ministro reiterou, mais uma vez, em nome do Estado Português, a rejeição do nuclear e defendeu que a "nossa aposta energética passa pelas fontes renováveis".

Sócrates garante que Portugal não vai pela via do nuclear

RUI SOLANO DE ALMEIDA

"A DECLARAÇÃO de Berlim deve inspirar os europeus e unir a Europa". Falando numa conferência de Imprensa no final do Conselho Europeu de chefes de Estado e de Governo da Cimeira da Primavera da União Europeia (UE), em Bruxelas, José Sócrates defendeu que o texto subscrito pelos 27 membros, a propósito das comemorações do cinquentenário do tratado fundador do que hoje é a UE, deve servir "não como um somatório de pequenas observações", mas, pelo contrário, como um documento que esteja "à altura das circunstâncias", sendo precisamente este o rumo que espera ver na declaração da chancelerina alemã, Angela Merkel.

O primeiro-ministro português disse ainda ter a certeza que a presidência alemã e a Comissão Europeia saberão encontrar "as palavras certas para celebrar esta efeméride" com a dignidade que a ocasião justifica.

Opinião que vem na sequência do anúncio entretanto comunicado pela própria chancelerina alemã que já disse ter obtido o acordo dos 27 para finalizar a redacção da declaração que a União Europeia está a preparar para o 50º aniversário do Tratado de Roma.

Recorde-se que a Declaração de Berlim vai ser divulgada a 25 de Março, dia em que passam 50 anos sobre a assinatura do Tratado de Roma, pacto que deu origem à actual União Europeia.

Reduzir a dependência energética

Os líderes dos 27 debateram durante dois dias, em Bruxelas, as estratégias a seguir pelos países da UE, com o objectivo de até 2020 passarem a produzir um quinto da sua própria energia a partir de fontes limpas, facto que, a verificar-se, colocará a União Europeia na vanguarda da luta contra as alterações climáticas.

Para a presidente em exercício da UE, o desafio que agora se coloca é apelar aos países terceiros para que sigam o exemplo europeu, sublinhando a chancelerina Angela Merkel que o "mundo ainda vai a tempo de evitar o que pode vir a ser uma calamidade humana".

Nas conclusões finais saídas desta cimeira da Primavera, os 27 membros da União Europeia comprometeram-se e vincularam-se a produzir 20 por cento da sua energia através de fontes primárias renováveis, como as provenientes do vento, sol, água e da biomassa.

Para José Sócrates, a adopção do plano de acção de combate às alterações climáticas, com metas vinculativas, por parte dos líderes europeus, constitui "uma vitória para a Europa", e uma manifestação para o mundo, que nesta matéria, como noutras, a "Europa está a demonstrar uma efectiva liderança".



Desta Cimeira da Primavera da UE saiu ainda, como aliás já era esperado, um acordo onde é proposta uma redução, até 2020, de pelo menos 20 por cento das emissões de gases com efeito de estufa, em comparação aos níveis registados em 1990, e de 30 por cento se entretanto os restantes países desenvolvidos, como os Estados Unidos ou o Japão, se comprometerem a atingir reduções de emissões comparáveis. Recorde-se, a propósito, que os gases com efeitos de estufa são dos principais responsáveis pelo aquecimento global do planeta.

Perante estes compromissos, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, considerou que o acordo alcançado pelos líderes europeus em torno do dossiê energético e ambiental "superou as melhores expectativas" e poderá contribuir, como defendeu, "para futuros novos consensos" sobre esta e outras matérias.

Também o primeiro-ministro português se referiu a esta Cimeira da Primavera como uma marco importante para o futuro da Europa, lembrando que as metas globais acordadas têm agora que ser consensualizadas pelos 27 Estados-membros, tendo sido, como recordou José Sócrates, a Comissão Europeia mandatada para apresentar propostas legislativas concretas no terceiro trimestre do ano, de modo a colocar a Europa num lugar "pioneiro no combate às alterações climáticas e ao aquecimento global do planeta".

Não ao nuclear

De referir que a cimeira fez ainda uma referência ao papel da energia nuclear, a pedido da França, República Checa e Eslovénia, entre outros grandes utilizadores desta forma de energia, tendo estes membros sublinhado o papel que este tipo de energia pode desempenhar na luta contra as emissões de gases nocivos, já que se trata, como defenderam, de uma energia que produz baixos teores de carbono.

Para o primeiro-ministro português, esta opção está em absoluto excluída das escolhas do país, tendo defendido que a aposta de Portugal em matéria de novas energias passa em definitivo pelas fontes renováveis.

"Os países que quiserem tomar a opção pelo nuclear, façam o favor. Em Portugal, não. O nosso caminho está

definido", disse Sócrates.

Contudo, o chefe do Governo de Lisboa não deixou de sublinhar, por um lado, a importância de se alcançar um consenso entre os 27 Estados-membros em matéria de fontes de energia, tendo em vista, como referiu, "poder-se atingir um acordo quantificado para a quota de energias renováveis", mas, por outro lado, não deixou igualmente de defender, que "deve caber a cada Estado-membro a escolha das fontes de energia que cada um quer usar".

Sócrates congratulou-se com o facto da Europa ter regressado à "boa política" da "boa e velha Europa", sublinhando o chefe de Estado português com agrado o facto de UE estar, neste momento, na liderança do combate às alterações climáticas, "liderando um dossiê tão importante para a economia, para a sociedade e para o ambiente global", facto que em sua opinião mostra ao mundo, que a "Europa é capaz de liderar um dossiê fundamental e de tanto peso e de tanta importância".

Estratégia de Lisboa e diálogo com África

Relevante nesta Cimeira da Primavera dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia foi igualmente a saudação proferida pelos líderes europeus ao facto de as reformas estruturais definidas na "Estratégia de Lisboa", estarem a dar bons resultados, quer em relação à modernização da economia europeia, quer no que respeita à criação esperada, entre este ano e 2008, de sete milhões de novos postos de trabalho.

Para este optimismo, referiram ainda, muito está a contribuir o facto de a taxa de crescimento esperada se situar em 2007 nos 2,7 por cento.

Também a próxima Cimeira União Europeia/África, a realizar em Portugal, no segundo semestre deste ano, mereceu da parte do primeiro-ministro português uma particular atenção, tendo questionado os parceiros comunitários no sentido de saber de que forma pode o Parlamento Europeu (PE) associar-se a um diálogo mais abrangente com África, lembrando o chefe do Executivo que esta é uma das "grandes apostas da futura presidência portuguesa da UE".

Portugal, lembrou o primeiro-ministro, espera que esta ocasião possa proporcionar, por um lado, uma maior aproximação entre a Europa e o continente africano, e, por outro lado, constitua uma oportunidade para o desenvolvimento de um programa sustentado de cooperação.

O apelo de Sócrates foi ouvido pelo presidente do Parlamento Europeu (PE), Hans-Gert Poettering, que garantiu que o PE apoiará todos os esforços desenvolvidos pela presidência portuguesa, tendo-se afirmado pronto a associar-se a um diálogo mais abrangente e perseverante com o continente africano.

Proença-a-Nova apresenta projecto inovador de combate à poluição



“Já produzimos hoje mais energia no nosso concelho, por métodos renováveis, do que aquela que consumimos”

“O projecto que estamos a implementar passa também por aumentar a área da nossa floresta”

O concelho de Proença-a-Nova, no distrito de Castelo Branco, anunciou o lançamento de uma iniciativa exemplar, pioneira a nível internacional, tendo em vista passar a vender no mercado voluntário os seus créditos de carbono (CO2) contribuindo, deste modo, para uma mais eficaz retenção das emissões de carbono no município, criando, paralelamente, um conjunto de mais-valias financeiras para a autarquia. Para João Paulo Catarino, presidente da edilidade, em entrevista ao “Acção Socialista”, esta iniciativa pretende provar “que podemos e queremos ser contribuintes líquidos para a despoluição do país e do mundo”.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Como é que um município com pouco mais de nove mil habitantes e longe dos principais centros de decisão toma uma iniciativa com esta importância e com esta dimensão?

Como se sabe, o tamanho não é sinal de mais inteligência ou de se trabalhar melhor.

As medidas e acções tomadas pelos municípios maiores podem ser mais mediáticas mas nem sempre são as mais inovadoras ou as mais acertadas.

O estudo que estamos a levar a

efeito pretende apenas provar que o concelho de Proença-a-Nova sequestra mais CO2, que emite e produz mais energia obtida por métodos renováveis que consome produzida a partir de métodos poluentes, ou seja, vamos provar que somos contribuintes líquidos para a despoluição do país e do mundo.

Diminuir as emissões de CO2 está, como sabe, muito na moda. Recomendações neste sentido têm partido de organismos tão

distintos como a União Europeia, ONU ou de figuras com o peso mediático do ex-vice presidente dos EUA Al Gore.

O problema é saber se esta iniciativa empreendida no concelho de Proença-a-Nova é para cumprir a agenda mediática, ou se se trata de algo para levar em frente com todas as consequências daí resultantes?

O mediatismo pouco nos interessa. Interessa-nos provar o que referi anteriormente, quantificá-lo em termos de toneladas de CO2, inventariar as medidas necessárias para uma melhor eficiência energética, implementá-las e quantificar os ganhos obtidos com a sua implementação e depois vender esses créditos no mercado voluntário do carbono, para com as receitas daí provenientes, desenvolver as medidas constantes do nosso Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, para assim protegermos a floresta existente, aumentar a área arborizada e tornar este processo sustentável ao longo dos anos.

Em termos práticos como é que um concelho do interior como o seu, essencialmente um município com pouca ou quase nenhuma indústria mas rodeado de uma riquíssima mancha florestal, pode aplicar uma gestão sustentável, como produtor de energia renovável?

A ideia é precisamente essa, partir da fatalidade de termos muito pouca indústria e transformá-la numa oportunidade, para o concelho em geral e para os produtores florestais em particular.

Não temos indústria poluente mas contribuimos para despoluir o que os outros poluem, por isso é justo que sejamos ressarcidos por este serviço prestado à comunidade.

Produzimos hoje 57 MW de energia por métodos renováveis (eólica), muito mais do que aquela que consumimos a partir de métodos poluentes.

A ideia é aumentar ainda mais a nossa eficiência e com os créditos arrecadados financiarmos as mediadas que teremos que tomar

para proteger e aumentar a nossa área florestal.

Estamos a viver, como sabe, momentos muito difíceis em todo o planeta, em matéria de mudanças climáticas. Como é que uma iniciativa como esta pode contribuir para inverter esta problemática?

De várias formas, primeiro melhorando a nossa eficiência energética, poluindo menos, e depois produzindo-se na área geográfica do nosso concelho energia por métodos renováveis e não poluentes estamos também a contribuir para que não seja necessário gerar tanta energia por métodos poluentes e por último protegendo e aumentando a nossa floresta estamos ainda a contribuir para que se sequestre mais CO2 no nosso concelho.

E como se trata, em nossa opinião, de um bom exemplo, esperamos sinceramente que seja seguido, incentivando desta forma a melhorar as condições ambientais do nosso município, do país e do mundo.

Governo mantém-se determinado em prosseguir programa de reformas

FÓRUM NOVAS FRONTEIRAS

Passados dois anos, é hoje claro que este Governo tem “um rumo” e se mantém “inteiramente fiel e determinado” na execução do seu programa “exigente” de reformas para a modernização do país, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, no discurso de abertura do Fórum Novas Fronteira, no Centro de Congressos de Lisboa, onde classificou de “absolutamente irresponsável” e “pouco séria” a proposta de descida imediata dos impostos avançada pelo líder do maior partido da oposição

J. C. CASTELO BRANCO



NUMA intervenção em que fez um balanço dos dois anos do Governo e falou das perspectivas para o futuro, o líder socialista disse que “responsabilidade” e “acção” são as duas palavras “que exprimem toda a diferença entre a governação que temos hoje e a situação em que o país vivia há apenas dois anos atrás”.

Segundo Sócrates, o seu primeiro dever como primeiro-ministro foi “devolver a credibilidade à governação e o sentido de Estado à condução da instituições políticas”, salientando que ao fim de dois anos “podemos afirmar com segurança que os portugueses têm hoje um Governo que está cem por cento concentrado no seu trabalho e a fazer um esforço sério para superar as dificuldades do país”.

E lembrou, a propósito, que o actual Executivo iniciou funções numa “situação de emergência”, com “o país à beira de uma nova recessão com um défice de 6,8 por cento” e “desmoralizado com o fracasso da governação anterior”.

Ao fim de dois anos, sublinhou, “é já claro” que “temos a economia a crescer, mas também o défice orçamental a cair, sem truques”, fruto de “um programa sério de reforma do Estado e de redução da despesa pública”.

Mas, acrescentou, “governar com

responsabilidade foi também virar a página do pessimismo, daquela ideia de um país de tanga e da visão sombria de um país incapaz e de incapazes, uma terra onde nenhuma semente genuína, nenhum problema se resolve, nenhuma geração pode aspirar ao sucesso”.

O secretário-geral do PS criticou depois o pessimismo das oposições, frisando que “quem reduz a sua acção à demagogia e se esforça tanto por minar a confiança escolhe o seu lugar do lado do bota-a-abaxo. E os portugueses ficam a saber que não podem contar com esta oposição para resolver os problemas do país”.

As mudanças que pareciam impossíveis

Na sua intervenção, José Sócrates referiu que a história destes dois anos “é também a história de tantas mudanças que pareciam impossíveis mas que, afinal, começaram a acontecer”, dando seis exemplos de “mudanças que todos queriam mas ninguém fazia”, como as levadas a cabo em “áreas fundamentais” como as farmácias, educação, tribunais, combate à burocracia, administração pública e segurança social.

Segundo o primeiro-ministro, os resultados já alcançados a nível económico mostram que o Go-

verno conseguiu “pôr a economia crescer, ao mesmo tempo que consolidamos as contas públicas”, sublinhando que o crescimento registado em 2006 “é superior ao que aconteceu em Portugal nos últimos três anos juntos”. E destacou que, desta vez, “o crescimento é virtuoso, porque se baseou nas exportações, que cresceram 8,8 por cento, o que é extraordinário”.

Por outro lado, o líder socialista destacou os bons resultados alcançados na redução do défice e da despesa pública, referindo que em 2006 o défice ficará abaixo dos 4,6 por cento projectados pelo Governo.

Depois de alertar que, apesar dos bons resultados alcançados, estamos “apenas a meio caminho na consolidação orçamental”, Sócrates classificou de “absolutamente irresponsável” e “pouco séria” a proposta de baixar os impostos avançada pelo líder do PSD.

“O resultado do esforço dos portugueses não pode mais uma vez ser posto em causa pela irresponsabilidade e pelo oportunismo de uma proposta de descida de impostos que se destina apenas a falar para as sondagens, a tentar ganhar popularidade fácil e a resolver problemas de afirmação de liderança política”, disse.

O líder socialista falou ainda da agenda social, destacando que o

Governo fez em dois anos cinco acordos de concertação social, envolvendo matérias como a contratação colectiva, o subsídio de desemprego, segurança social, salário mínimo e formação profissional. “Em 30 anos de democracia, nunca um Governo conseguiu cinco acordos com os parceiros sociais em dois anos. Nada mau para um Governo com maioria absoluta que está sempre a ser acusado de não valorizar o diálogo social”, disse.

Ainda no âmbito da agenda social, Sócrates lembrou o lançamento do complemento solidário para idosos, um dos compromissos eleitorais de combate à pobreza, que já beneficia 45 mil idosos, e o esforço que está a ser feito na construção de novos equipamentos sociais, adiantando que no final da legislatura “teremos mais 50 por cento de lugares em creches”.

A terminar, o líder do PS lembrou “três mudanças profundas” em consequência da aprovação da Lei da Paridade, da Lei da Procriação Medicamente Assistida e da vitória no referendo do aborto.

“Estas são mudanças no sentido de uma sociedade mais aberta, mais moderna, mais progressiva”, disse, referindo não se lembrar de um governo e de uma maioria em Portugal, que, em dois anos,

“deixasse marcas tão profundas e tão perenes dos valores do centro-esquerda”.

Depois de ter feito o discurso de abertura, o secretário-geral do PS assistiu a partes dos três painéis temáticos do fórum: reforma do ensino superior, economia e finanças públicas, e alterações climáticas e política energética.

O “choquinho fiscal” de Mendes

António Vitorino e Gomes Canotilho discursaram na sessão de encerramento do Fórum das Novas Fronteiras, que juntou cerca de quatro mil pessoas no Centro de Congressos de Lisboa.

Na sua intervenção, António Vitorino salientou que as reformas do Governo que permitiram o ajustamento das finanças públicas sem cair na recessão só foram possíveis porque o Governo nunca se afastou do rumo traçado desde a sua entrada em funções.

Referindo que o Governo até ao momento não encontrou “alternativas consistentes” às suas propostas, o ex-comissário europeu criticou a recente proposta de Marques Mendes de redução dos impostos, que considerou “irresponsável e demagógica”. “Trata-se de um choquinho fiscal”, disse, numa alusão à proposta de choque fiscal feita por Durão Barroso na campanha das legislativas de 2002.

Vitorino mostrou-se ainda confiante que José Sócrates terá “um grande sucesso” com a presidência portuguesa da União Europeia (UE) no segundo semestre de 2007, referindo que existe “uma larga convergência” entre a nossa agenda interna e a agenda europeia.

Já Gomes Canotilho disse que os dois principais desafios que se colocam ao Governo no próximo ano serão a presidência portuguesa da União Europeia e a reforma das universidades.

“Para quem quer assumir-se com dimensão estratégica, a ratificação do Tratado da União é a questão fundamental”, disse.

O constitucionalista alertou ainda que na reforma das universidades o “espírito reformista” do Governo “vai confrontar-se com a tradição, os corporativismos e o conservadorismo”.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt